

# Unidade II

Na unidade anterior, entramos em contato com os principais pensadores e fundadores da sociologia. Como você deve ter percebido, cada um deles procurou responder às perguntas feitas ao seu tempo, em especial quando relacionadas às relações sociais e à organização social.

Desde o advento da Revolução Industrial até o início do século XX, esses pensadores buscaram explicar as manifestações sociais, culturais, religiosas e políticas, investigando-as com metodologias próprias, desenvolvidas ao longo do tempo.

Evidentemente, nossa intenção não foi apenas contar a infância da sociologia; nosso propósito foi oferecer a você um arsenal teórico capaz de colaborar para a análise e apreensão do mundo em que vivemos hoje. É, com certeza, um contexto bem diferente daquele que Comte e Weber estudaram. No entanto, as teorias que eles elaboraram permitem que investiguemos a nossa realidade a partir de lentes especiais, quais sejam, as que a sociologia constituiu para identificar o seu objeto de estudo e a metodologia apropriada para o seu conhecimento.

A partir do final do século XX, uma mudança significativa transformou os modos como a sociedade passou a viver, a negociar e a se comunicar. Como é sabido, o fenômeno da globalização envolveu inúmeros fatores históricos, políticos e econômicos. Com o tempo, porém, o termo globalização foi utilizado em tantos sentidos que, não raras vezes, perdeu completamente a razão de ser. Enunciada como sinônimo de internacionalização, mundialização, universalização e ocidentalização, a globalização vem reunindo, desde o final do século XX, vários significados, nem sempre semelhantes, tampouco opostos.

Faz tempo que a reflexão e a imaginação sentem-se desafiadas para taquigrafar o que poderia ser a globalização do mundo. Essa é uma busca antiga, iniciada há muito tempo, continuando no presente, seguindo pelo futuro. Não termina nunca (IANNI, 1998, p. 23).

Nesta unidade, buscaremos compreender o fenômeno da globalização em termos de suas abordagens e de suas dimensões. Além disso, buscaremos investigar como esse processo atingiu o Brasil no século XX, um país que havia recentemente conseguido estabilizar sua moeda, mas que ainda tinha que encontrar formas de minimizar as imensas desigualdades sociais existentes em seu território.

## 5 A GLOBALIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os vencedores (americanos, ingleses, russos e franceses) redesenharam o mapa mundial, dividindo entre si as áreas que ficariam sob sua influência. Comunismo e capitalismo se contrapunham em termos de modelos econômicos. Na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), o Estado detinha o poder sobre os meios de produção e sobre o planejamento

econômico; no mundo capitalista, defendia-se o livre mercado e a produção e distribuição de bens e serviços por empresários, se possível sem qualquer intervenção do aparato governamental. No entanto, embora houvessem dividido o mundo de forma pacífica, os dois blocos estabeleceram um clima de mútua desconfiança (período que ficou conhecido como Guerra Fria), cada um tentando mostrar as vantagens do seu próprio modelo socioeconômico e ampliar o seu poder geopolítico. Por conta desse ambiente, colocaram seus recursos à disposição de inúmeras guerras. Coreia, Vietnã, Camboja e Cuba são algumas regiões que serviram de cenário para embates militares sustentados, apoiados e financiados pelos dois blocos antagônicos (HOBSEAWM, 1995).

Em 1961, foi construído um muro que cortava a cidade de Berlim ao meio, dividindo-a entre o mundo capitalista e o mundo comunista. Essa era a punição que os países vencedores da Segunda Guerra Mundial haviam imposto aos perdedores, os alemães: ter sua capital repartida entre os dois blocos que haviam ganhado a guerra (HOBSEAWM, 1995). Esse muro foi destruído em 1989. Na verdade, antes mesmo disso, ele já não impedia a comunicação entre a população dos dois lados da cidade. Sua derrubada, porém, foi um marco importante, um sinal ao mundo de que não havia mais animosidade entre os dois sistemas econômicos.



### Saiba mais

Sugerimos assistir ao filme *A ponte dos espões*. Durante a Guerra Fria, no momento em que o Muro de Berlim está sendo construído, um advogado defende um espão soviético capturado pelos americanos e que deverá ser trocado por um piloto americano preso na URSS.

A PONTE dos espões. Direção: Steven Spielberg. Estados Unidos: Touchstone Pictures; DreamWorks, 2015. 141 min.

Tal percepção foi, e ainda é, alvo de controvérsias. A questão principal é que, aparentemente, havia algo novo no ar. Houve até quem decretasse o fim da história: se comunistas e capitalistas não estavam mais em disputa, o conflito entre capital e trabalho analisado quase um século antes por Marx e Engels não fazia mais sentido.

O final do século XX assistiu ao esgotamento do conflito entre URSS e Estados Unidos: os choques do petróleo, em 1973 e 1979 (quando os países árabes quintuplicaram o preço do barril do petróleo em represália ao apoio norte-americano a Israel), geraram inflação como um efeito dominó, atingindo todos os países. O capitalismo enfrentava mais uma de suas crises cíclicas, com excesso de produção e carência de mercados consumidores. Os americanos estavam pressionados pela turbulência econômica e pela escassez de recursos públicos para financiar seus planos militares. Por sua vez, o bloco soviético também havia exaurido suas reservas materiais e financeiras para sustentar os confrontos armados, e as repúblicas que o compunham queriam agora liberdade e independência. A bipolaridade entre comunistas e capitalistas tinha chegado ao fim em razão daquilo que as havia constituído (HOBSEAWM, 1995).

Coincidentemente ou não, em 1989, no mesmo ano em que o Muro de Berlim foi destruído, presidentes de bancos centrais, ministros e financistas do bloco ocidental reuniram-se em Washington, firmando o que passou a ser conhecido como Consenso de Washington, uma lista de medidas que todos os países deveriam adotar para estimular sua economia, diminuir a pobreza e atenuar as desigualdades sociais.

Várias diretrizes foram sugeridas nessa reunião para limitar o poder do Estado e facilitar o comércio e os negócios internacionais:

- Os governos deveriam adotar um rigoroso sistema de disciplina fiscal, priorizando determinados setores de interesse e gastando apenas o que fosse possível remunerar com a arrecadação de tributos e impostos. Para que isso fosse possível, o Estado deveria economizar em programas sociais e em subsídios para privilegiar setores da economia.
- As legislações nacionais deveriam facilitar ao máximo a circulação do capital financeiro. Ainda, os sistemas de câmbio deveriam ser livres, ou seja, o Estado não poderia, por meio das suas instituições econômicas, controlar artificialmente as taxas de câmbio, quer dizer, os parâmetros por meio dos quais moedas de diferentes países eram comparadas.
- Quaisquer entraves ao livre-comércio deveriam ser eliminados. Assim, os países não deveriam fazer uso de impostos de importação e exportação para proteger a indústria nacional, nem para impedir que artigos e mercadorias fossem importados.
- Os governos deveriam privatizar as empresas estatais, de preferência atraindo investimentos diretos estrangeiros.
- A economia deveria ser desregulamentada ao máximo e o direito autoral fortemente protegido (em especial no caso de produtos que tivessem exigido, para a sua elaboração, investimentos em pesquisa e tecnologia).

É possível perceber, de maneira geral, que as políticas do consenso eram voltadas basicamente para diminuir a regulação e o controle da economia, constituir um regime de livre mercado, reduzir o tamanho do Estado e aumentar as oportunidades para o comércio internacional. Essas medidas, especialmente elaboradas para auxiliar as economias desenvolvidas e industrializadas no enfrentamento à crise de superprodução, acabaram por constituir o que passou a ser conhecido como neoliberalismo: o sufixo **neo**, referente a novo; o termo **liberalismo**, associado à política de livre-comércio e não intervenção do Estado na economia que havia sido defendida pelos liberais entre os séculos XVI e XVII. Efetivamente, era uma releitura daquela liberdade preconizada pelos primeiros pensadores que se dispuseram a refletir sobre um novo sistema que surgia com a Revolução Industrial: o capitalismo. Para Stiglitz (2007, p. 62),

a grande esperança da globalização [era] que ela elevar[ia] os padrões de vida em todo o mundo: dar[ia] aos países pobres acesso aos mercados externos para que p[udessem] vender seus produtos, permitir[ia] a entrada de investimentos estrangeiros, que fabric[ariam] novos produtos a preços menores, e abrir[ia] as fronteiras, de tal modo que as pessoas po[deriam] viajar para o exterior a fim de estudar, trabalhar e mandar para a casa dinheiro para ajudar suas famílias e financiar novos negócios.

O neoliberalismo propagandeado pelos Estados Unidos e pela Inglaterra – por intermédio dos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher – ecoou como música nos ouvidos do mundo capitalista: liberdade era tudo o que ele mais queria. Para isso, sugeriu-se restringir o poder do Estado de estabelecer normas e regras para os negócios, diminuir o poder dos sindicatos e eliminar quaisquer barreiras legais para a circulação de bens, serviços e recursos financeiros (BARBOSA, 2006).



### Saiba mais

Sugerimos a leitura do seguinte texto:

BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. 1994. Disponível em: <https://bit.ly/3bWYDxE>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Também recomendamos que você assista ao filme *A dama de ferro*, que narra a trajetória política de Margaret Thatcher, primeira-ministra da Inglaterra no período de 1979 a 1990. Decidida a modernizar o país, Thatcher enfrentou sindicatos e políticos, num esforço muito grande para equilibrar o país financeiramente e estimular a economia, ao mesmo tempo que se fazia necessário proteger o que havia sobrado do grande império britânico.

A DAMA de ferro. Direção: Phyllida Lloyd. Reino Unido; França: Pathé; Film4 Productions; UK Film Council; Goldcrest Films, 2011. 104 min.



Figura 21 – A globalização surgiu em razão da ocorrência simultânea do fim da Guerra Fria e do advento do neoliberalismo

Disponível em: <https://bit.ly/3iTNRMt>. Acesso em: 12 nov. 2021.

A globalização, então, apareceu como resultado da soma de dois fatores concomitantes e complementares: o fim do conflito entre URSS e Estados Unidos e a disseminação do neoliberalismo como modelo a ser incorporado por todos os países. Para melhor compreender os fenômenos abarcados pela globalização, organizaremos os aspectos que analisamos anteriormente em três diferentes perspectivas: a histórica, a espacotemporal e a ideológica (BARBOSA, 2006).

De acordo com a abordagem histórica, a globalização associa-se aos eventos referentes à queda do Muro de Berlim e ao esgotamento da Guerra Fria, ou seja, ao suposto fim do embate entre capital e trabalho.

De acordo com a abordagem do espaço e do tempo, a globalização pode ser explicada a partir da diluição das fronteiras geográficas (alcançada por meio da constituição de blocos comerciais, como a União Europeia e o Mercosul) ou a partir da criação de um espaço global virtual.

De acordo com a abordagem ideológica, é certo que o discurso neoliberal funcionou como "liga" para juntar os elementos econômicos e políticos. A ideologia pregava que os valores liberais deveriam ser hegemônicos. Esse discurso foi propagandeado com tamanha intensidade que, em muitos países, qualquer crítica à globalização e ao neoliberalismo era associada a conservadorismo e atraso.



### Lembrete

Na unidade anterior, discutimos a questão da ideologia quando tratamos da teoria marxista e do marxismo dialético histórico. A ideologia, segundo Marx, representa o conjunto de valores da classe dominante que se impõe para todos. Ou seja, a ideologia é a forma de convencer a todos que os objetivos da classe dominante não são apenas dela, mas de todos os grupos sociais. De certa forma, o neoliberalismo também funcionou dessa maneira: embora ele realmente beneficiasse apenas as nações industrializadas, foi divulgado como o sistema ideal para todos os países, inclusive os subdesenvolvidos e os em desenvolvimento.

É importante mencionar que a abordagem ideológica justificou as políticas econômicas a partir dali recomendadas, já que a globalização resultou no incremento da ação das empresas multinacionais e da internacionalização da economia, na livre circulação de mercadorias e na uniformidade de bens e serviços colocados à disposição. Para qualquer lugar do mundo que se fosse (com raríssimas exceções), era possível tomar uma Coca-Cola, comprar um computador da Apple, vestir uma calça jeans, comer um Big Mac ou adquirir um carro da Mercedes. Mais: era possível que um indivíduo fosse funcionário da Johnson & Johnson caso morasse no Brasil ou nos Estados Unidos, estando sujeito, nas duas situações, à mesma cultura organizacional. Na verdade, cultura e valores empresariais também foram compartilhados e difundidos entre vários países. "Junto consigo, como um de seus efeitos [da globalização], surge uma consciência de que valores morais e sociais fundamentais devem ser estendidos para todos os povos" (BARBOSA, 2006, p. 12).

Finalmente, para compreender a globalização como algo além da mera soma de fenômenos históricos (como o fim da Guerra Fria), circunstâncias ideológicas (como o surgimento do neoliberalismo) e efeitos geopolíticos, faz-se necessário adicionar à operação as novas tecnologias, que permitiram o armazenamento e intercâmbio de informações e possibilitaram o funcionamento das empresas em rede, facilitando os negócios em termos de flexibilidade e adaptabilidade. Aliás, sem essas tecnologias, não teria sido possível que os fluxos financeiros fossem realizados de forma tão rápida e que os mercados se comunicassem de modo tão eficaz. O neoliberalismo não teria conseguido conquistar tudo o que conquistou caso continuassem os conflitos entre comunistas e capitalistas, e caso não houvesse uma tecnologia que possibilitasse o compartilhamento de informações de forma rápida e de maneira a criar um ambiente "global", que permitisse, ao menos teoricamente, a participação de todos os países.

Segundo Barbosa (2006), a globalização manifesta-se em quatro dimensões: comercial, produtiva, financeira e tecnológica. Vejamos com detalhes cada uma delas.

### **Dimensão comercial**

A dimensão comercial diz respeito ao aumento do comércio entre blocos e países, inclusive em razão da defendida liberdade comercial e do fim dos entraves ao comércio. É claro que esse fenômeno não acarreta apenas resultados benéficos. Embora ele promova certa universalização de hábitos e costumes, "pode trazer consigo um acirramento do desemprego e o enfraquecimento de regiões produtoras de artigos específicos" (BARBOSA, 2006, p. 42). Expliquemos melhor esses resultados. Caso o país A não consiga produzir um bem que possa competir com o fabricado pelo país B, é evidente que o país A irá interromper a produção do bem e passar a importá-lo de B. Se não houver uma política de realocação de mão de obra, os que ficarem desempregados em A não terão como garantir a sua subsistência.

Como podemos saber se o comércio internacional se intensificou a partir da década de 1980? Segundo Barbosa (2006, p. 41), quando o volume comercializado – ou seja, quando "a produção destinada ou proveniente de outros mercados – cresce mais rapidamente do que o volume total de produtos fabricados mundialmente, isso indica que as economias estão se abrindo e que os mercados internos perdem importância como fonte de escoamento da produção local". No mesmo sentido, Prado (2003, p. 4) afirma que a discussão sobre os aspectos da globalização comercial não é particularmente controversa: "Se o crescimento do comércio mundial [...] [se dá] a uma taxa de crescimento média anual mais elevada do que a do PIB mundial, podemos afirmar que há globalização comercial".

Podemos supor que a extinção de barreiras comerciais e práticas protecionistas, bem como o surgimento de grandes blocos comerciais, enfraqueceu os entraves que antes existiam para o comércio entre os países. O discurso das nações industrializadas em defesa do fim das práticas protecionistas (quando realizadas pelos países em desenvolvimento, é claro) provocou a intensificação das trocas internacionais, mesmo que ao custo de prejuízos para as nações em desenvolvimento que ainda praticavam políticas de proteção a mercados ou a setores da indústria. Além disso, podemos considerar que a formação de blocos comerciais colaborou para o fim de tarifas alfandegárias e para o aumento da livre movimentação de pessoas, bens e serviços.





### Observação

Nos dias de hoje, mais de 30 anos depois da reunião que definiu o Consenso de Washington, algumas unanimidades sofreram um forte abalo. Por exemplo, o movimento Brexit, que teve início em 2017 (e parece ter se encerrado em 2020) e que defendeu a retirada do Reino Unido do bloco da União Europeia. Desde o início da participação inglesa no bloco, havia reservas do governo britânico quanto à criação de uma moeda única, o euro (o que diminuiria a soberania do país na organização e no planejamento de sua economia), e quanto à livre movimentação de pessoas (o que poderia provocar um colapso no país com a chegada de milhões de imigrantes em busca de uma vida melhor ou em busca de asilo por conta da violência no Oriente Médio).



Figura 22 – A eliminação de barreiras alfandegárias entre os países estimulou o comércio internacional e possibilitou a formação de blocos comerciais

Disponível em: <https://bit.ly/3DtanUc>. Acesso em: 12 nov. 2021.

A partir dos dados do relatório Global Powers of Retailing, da Deloitte, Pereira (2020) investigou como, no ambiente da globalização, o capital comercial expandiu-se e teve que se adaptar (ou se modificar) em diferentes contextos geográficos e territoriais. No gráfico a seguir, Pereira mostra qual foi, em 2016, a participação de negócios, no exterior e no país de origem, de algumas das 10 maiores empresas globais.

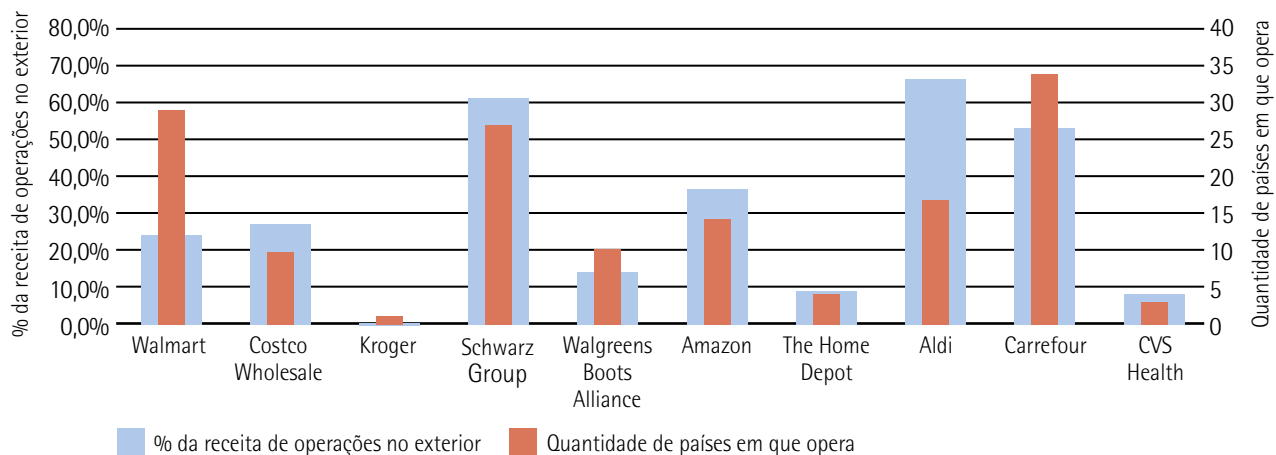


Figura 23 – Expansão de empresas globais e operações territoriais

Fonte: Pereira (2020, p. 3).

Como afirma Pereira (2020, p. 3),

as operações em diversos mercados nacionais pelas corporações transnacionais de varejo mostram como o caminho da internacionalização foi, para muitas empresas, frutífero em termos de ampliação dos lucros e do crescimento econômico. Ir para outros países, inserir-se no mercado com a concorrência local, adaptar-se (ou não) à cultura de determinadas formações socioespaciais, são desafios presentes na estratégia de internacionalização. [...] Essa estratégia acaba sendo uma lógica global que reorganiza os territórios nacionais num contexto de uma lógica competitiva entre as empresas no mercado global, produzindo cada vez mais a unificação territorial e econômica, e a fragmentação e diferenciação espacial, num processo contraditório que tem o Estado, o país, [como] sua base de ação; daí falar-se em um "espaço nacional da economia internacional".

### Dimensão produtiva

A dimensão produtiva diz respeito às formas como as estruturas de produção se organizam. Esse fenômeno manifestou-se a partir de dois cenários: a divisão da produção em diferentes pontos geográficos ou a divisão da distribuição para consumo segundo estratégias geopolíticas.

No primeiro caso, o país A ficaria encarregado da etapa 1, o B da etapa 2 etc. No segundo, mais complexo, os produtos seriam oferecidos ao mercado de acordo com uma lógica na qual os produtos inovadores e de última geração seriam primeiramente oferecidos nos mercados mais "nobres" (Estados Unidos e Europa), sendo oferecidos aos países periféricos apenas em momento posterior, quando outros produtos envolvendo tecnologia mais moderna pudessem ser distribuídos ao mercado "nobre".



A imensa liberdade que as grandes corporações passaram a usufruir permitiu a elas fazer

investimentos em lugares onde os custos são mais baixos, produzir peças num país para serem transformadas em outros e comercializadas em todo o planeta. Ou seja, por trás da expansão do comércio, a economia atual é regida por uma variável ainda mais forte: a expansão rápida da produção comandada por empresas que realizam suas atividades fora do seu país de origem (BARBOSA, 2006, p. 55).



### Saiba mais

Sugerimos que você assista ao filme *Roger e eu*. Ele narra as tentativas do diretor do documentário, Michael Moore, de conversar com o presidente da General Motors, que havia fechado várias fábricas na cidade de Flint, Michigan, Estados Unidos. Como a maior parte da população da cidade trabalhava nas indústrias, Flint foi sendo abandonada e seus moradores foram empurrados para a miséria.

ROGER e eu. Direção: Michael Moore. Estados Unidos: Dog Eat Dog Films, 1989. 91 min.

Tal movimento fez com que as empresas multinacionais (as que possuem ao menos uma filial fora do seu país de origem) se espalhassem por todos os cantos do globo, buscando se instalar nos locais cujas políticas ambientais, tributárias ou trabalhistas fossem mais favoráveis.

Essa instalação deu-se a partir de duas formas distintas: ou as multinacionais fundiram-se com empresas já existentes, por meio de investimentos estrangeiros diretos (IEDs), ou apenas abriram filiais em outros países que não o seu de origem. Como é possível imaginar, o fluxo de IED **para o país** sinaliza o quanto o mercado internacional acredita no seu potencial e na sua capacidade de gerar lucro. Daí a sua importância como indicador do crescimento da economia. Da mesma forma, o fluxo de IED **do país para o exterior** mostra a segurança e a estabilidade da economia nacional, que sente confiança em investir em outros locais. No caso do Brasil, segundo Ribeiro e Silva Filho (2013, p. 32),

nos anos 2000, o país, que foi o 11º em volume recebido de IED, viu sua posição variar significativamente, tornando-se um dos cinco maiores receptores de investimentos diretos em 2011, com participação de 4,37% nos fluxos totais, atrás apenas de Estados Unidos, China, Bélgica e Hong Kong. Quando se considera o estoque acumulado ao longo dos anos, pode-se ver que o Brasil tem melhorado sua posição como destino de IED. Em 2011, o país possuía 3,27% desse estoque e foi o oitavo principal destino para os investidores estrangeiros. A participação atual do Brasil como fonte

de capitais para investimentos diretos é bastante pequena, não chega a 1%, mas também tem crescido nos últimos anos. Apesar de não ser um grande e tradicional exportador de investimentos diretos, o Brasil melhorou sua participação percentual nos fluxos globais de capitais.

Na tabela a seguir, podemos ver o quanto de IED entrou no Brasil e o quanto de IED teve o Brasil como origem, entre 2000 e 2009.

**Tabela 2 – A importância do Brasil nos estoques globais de IED**

Ano	Estoque de IED no Brasil		Estoque de IED do Brasil	
	Percentual	Posição	Percentual	Posição
2000	1,64	13 <sup>a</sup>	0,65	20 <sup>a</sup>
2001	1,63	14 <sup>a</sup>	0,64	21 <sup>a</sup>
2002	1,34	18 <sup>a</sup>	0,70	22 <sup>a</sup>
2003	1,41	18 <sup>a</sup>	0,55	24 <sup>a</sup>
2004	1,45	18 <sup>a</sup>	0,59	24 <sup>a</sup>
2005	1,57	15 <sup>a</sup>	0,64	23 <sup>a</sup>
2006	1,54	18 <sup>a</sup>	0,73	22 <sup>a</sup>
2007	1,73	16 <sup>a</sup>	0,73	23 <sup>a</sup>
2008	1,86	15 <sup>a</sup>	0,95	21 <sup>a</sup>
2009	2,22	13 <sup>a</sup>	0,85	23 <sup>a</sup>
2010	3,39	7 <sup>a</sup>	0,90	23 <sup>a</sup>
2011	3,27	8 <sup>a</sup>	0,96	23 <sup>a</sup>

Fonte: Ribeiro e Silva Filho (2013, p. 33).

### Dimensão financeira

Outra dimensão importante da globalização é a financeira, que diz respeito, segundo Prado (2003, p. 14), ao

processo de integração dos mercados financeiros locais – tais como os mercados de empréstimos e financiamentos, de títulos públicos e privados, monetário, cambial, seguros etc. – aos mercados internacionais. No limite os mercados nacionais operariam apenas como uma expressão local de um grande mercado financeiro global. Portanto, esse fenômeno não trata apenas do crescimento de transações financeiras com o exterior, mas da integração dos mercados financeiros nacionais na formação de um mercado financeiro internacional.

A ideia principal está em deixar que o capital circule com a maior liberdade possível entre países, interligando mercados tanto nacional quanto internacionalmente. Essa liberdade de movimentação

acabou por criar um imenso supermercado de dinheiro, no qual os agentes financeiros estão interligados por meio de tecnologias de informação e comunicação, 24 horas por dia.

Outra característica importante da dimensão financeira da globalização diz respeito ao fato de o capital financeiro e sua movimentação não terem mais única e exclusivamente a função de garantir o comércio internacional, nem de equilibrar a balança de pagamento de cada país. De fato, o capital circula dentro de uma lógica própria, que não tem relação alguma com trocas comerciais ou investimentos produtivos. Aliás, na maior parte das vezes, essa movimentação é de caráter especulativo, ou seja, os grandes investidores movimentam recursos em razão de expectativas de lucro, mesmo que essa movimentação desestabilize determinados países (PLIHON, 2007).

Dado esse caráter especulativo da movimentação do capital, é razoável afirmar que ela não tem como garantir, de forma satisfatória, o problema da falta de recursos dos países. Ao contrário, a globalização financeira tornou-se mais um elemento de preocupação para os países em desenvolvimento, que podem ter sua economia seriamente prejudicada por movimentos abruptos do capital (PLIHON, 2007). Segundo Barbosa (2006), essa movimentação especulativa do capital, sempre em busca do porto mais seguro ou do terreno mais fértil (leia-se, que proporciona menos restrições para a sua movimentação), gera mais malefícios do que benefícios, em especial por crescer mais do que a economia real, criando verdadeiras bolhas ilusórias de riqueza.



Figura 24 – Na esfera financeira, a globalização se associa à circulação do capital dentro de uma lógica própria, que não tem relação alguma com trocas comerciais ou investimentos produtivos. Aliás, na maior parte das vezes, essa movimentação é de caráter especulativo

Disponível em: <https://bit.ly/2YEb1Q6>. Acesso em: 12 nov. 2021.

É necessário reconhecer ainda que, se a movimentação do capital ocorre entre países, uma instabilidade qualquer em alguma nação pode provocar um efeito cascata imenso, arrastando todo o globo para a crise. É o que aconteceu, apenas para citar um exemplo, em 2008. Comparada à crise de 1929 em termos de extensão e profundidade, a crise de 2008 ocorreu pelo descompasso entre o valor de títulos imobiliários e a renda da população, caracterizando o que chamamos de bolha imobiliária. Isso aconteceu por conta de os bancos facilitarem crédito para a compra de imóveis sem análises realistas

sobre a capacidade dos consumidores de quitar suas dívidas. A facilidade de crédito elevou o preço dos imóveis; em contrapartida, os bancos passaram a ter prejuízo com o não pagamento de empréstimos por parte da população. Um dos maiores bancos americanos, o Lehman Brothers, "quebrou", o que resultou numa queda generalizada das bolsas mundiais, bem como numa crise financeira difícil de ser controlada e que afetou, em especial, os países em desenvolvimento.

Atualmente, temos três grandes instituições mundiais encarregadas de normatizar, controlar e acompanhar a economia global:

- **Fundo Monetário Internacional (FMI):** criado em 1944, tem como objetivo colaborar para a cooperação econômica entre os países e procurar evitar crises econômicas nos países-membros. Tem ainda como propósito promover a cooperação financeira internacional e a estabilidade cambial, e coloca-se à disposição para assessorar as equipes econômicas dos países no sentido de orientá-las na direção de políticas de saneamento econômico e financeiro.
- **Banco Mundial:** também criado em 1944, tem a função de realizar empréstimos para países em dificuldades financeiras. Tais recursos são entregues mediante a aceitação pelo FMI das políticas adotadas por esses países para a solução de crises econômicas.
- **Organização Mundial do Comércio (OMC):** é responsável por regulamentar o comércio internacional, monitorando acordos e a execução de políticas comerciais dos países-membros.

Como é possível verificar, nem mesmo a existência de instituições internacionais para o monitoramento dos mercados financeiros e comerciais conseguiu impedir a crise de 2008, tampouco suas devastadoras consequências na economia dos países-membros. Como afirma Barbosa (2006, p. 73),

enquanto não existir uma autoridade global encarregada de implementá-la [a regulação dos fluxos financeiros internacionais] e as crises não afetarem os países mais poderosos, a esfera financeira tende a se expandir ainda mais, gerando instabilidade.

### Dimensão tecnológica

A dimensão tecnológica tem relação com a rápida disseminação da tecnologia de internet e telefonia celular no final do século XX, configurando o que alguns sociólogos e economistas consideram ser a Terceira Revolução Industrial. De fato, seria impossível tamanha troca de informações em tempo real sem que houvesse uma tecnologia capaz de dar conta disso. Essa revolução traduziu-se na implementação e no uso de satélites e cabos de fibra óptica, o que tornou os custos e a qualidade dos serviços de telecomunicação acessíveis a todos os países.

Essa revolução envolveu governos, empresas e universidades, processo que sinalizou a importância que a informação teria a partir daquele instante. Assim, a informação passou a ser o recurso de produção mais significativo em qualquer negócio – e não apenas a informação, mas a capacidade de reagir, interagir e inovar a partir das informações disponíveis.

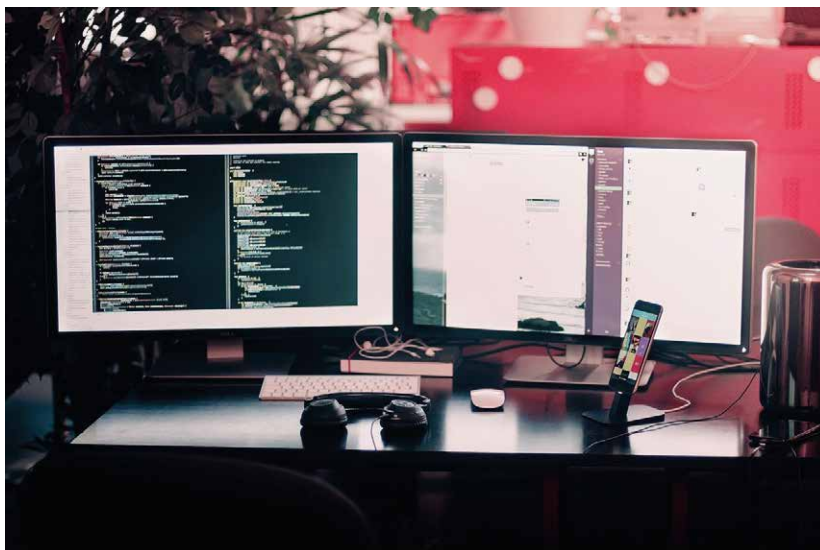


Figura 25 – As tecnologias de informação e comunicação colaboraram para criar o mito da aldeia global, o mundo no qual tudo e todos estão interligados por laços de comunhão e solidariedade

Disponível em: <https://bit.ly/31yip08>. Acesso em: 12 nov. 2021.

O mito de uma aldeia global e a narrativa de que todos, em qualquer lugar do planeta, poderiam fazer uso das tecnologias de comunicação e informação não se concretizaram como os profetas da globalização desejavam. A desigualdade social dentro dos países e entre os países aumentou em razão do surgimento de uma nova categoria de exclusão: a exclusão digital. Em outros termos, a globalização reforçou a disparidade econômica entre os países e, dentro deles, a desigualdade social entre os vários segmentos da população. Nesse sentido, é interessante considerar uma análise publicada pela *Agência Brasil*.

### **Quase metade do planeta ainda não tem acesso à internet, aponta estudo**

Em 2019, o acesso à internet passou a estar disponível a 51% da população mundial. Foi o primeiro ano em que a conectividade ultrapassou a casa dos 50%. Contudo, o índice mostra que, a despeito de a rede mundial de computadores ter ganhado importância nas mais diversas esferas sociais nos últimos 20 anos, quase metade da população ainda não dispõe desse recurso. [...]

Quando considerados os domicílios, o índice aumenta, chegando a 57,8%. Em 2005, 19% das casas conseguiam navegar na web. Contudo, quando considerada a banda larga fixa, o percentual cai para 14%. Já o ritmo de crescimento de conectividade em lares desacelerou, tendo saído de 53% para 54,8% entre 2017 e 2018. Em países mais pobres, a taxa de crescimento caiu de 19% em 2017 para 17,5% em 2018.

A análise sobre a presença de lares atendidos por serviços de banda larga é considerada importante por pesquisadores, uma vez que as conexões móveis em geral possuem limitações

para a fruição plena de serviços, como franquias que restringem o consumo de vídeos em quantidade razoável. [...]

O relatório aponta que, além de metade da população estar fora da internet, entre os conectados há desigualdades importantes. "As distâncias existentes na adoção de conectividade são conduzidas por brechas de diferentes tipos: geografia (áreas urbanas x rurais), renda (ricos x pobres), idade, gênero, entre outros", destaca o relatório.

Enquanto a conexão de baixa qualidade foi apontada por 43% das pessoas em países mais pobres, o problema foi mencionado por 25% dos entrevistados em nações mais ricas. Outro exemplo mais claro está no preço dos pacotes entre diferentes regiões do globo. Enquanto o preço de uma franquia de 1 giga em países do sul da Ásia consome 1,2% da renda mensal média, na África subsaariana o serviço custa o equivalente a 6,8% da receita média mensal.

Contudo, conforme o relatório, a infraestrutura avançou e hoje abrange 96% da população mundial. [...]

Para os autores, a internet se encontra em uma "encruzilhada". "Há um reconhecimento crescente de que os desafios e riscos demandam políticas e regulações específicas, assim como novas abordagens de negócio e iniciativas industriais voltadas a mitigar efeitos não intencionados e resultados negativos da adoção da internet."

O documento ressalta que as pessoas não podem apenas ser divididas entre usuários e não usuários, mas deve ser entendida a diversidade de formas de conectividade e experiências online. O reconhecimento dessas especificidades passa pela consideração de públicos mais vulneráveis em sua presença na web. Mulheres estão sujeitas a perseguição, assédio e discurso de ódio na web. Já crianças são vítimas de abuso, exploração e bullying.

Diante da variedade de formas de acesso, os autores defendem o que chamam de "conectividade universal relevante". Essa noção envolve uma banda larga "disponível, acessível, relevante, barata, segura, confiável e que empodere os usuários, levando a impactos positivos". Essa percepção leva em consideração não somente o custo, mas também diferentes motivadores para se conectar e ter experiências de qualidade no ambiente online.

Considerando a variedade de experiências, o relatório traz dados sobre diferentes modalidades de atividade na web. A troca de mensagens por apps como WhatsApp e Facebook Messenger é a atividade mais popular, seguida por navegação em redes sociais, ligação online e leitura de notícias. As ações variam conforme a renda, e a prática de obter informação e comprar produtos é mais comum em países mais ricos.



Como podemos perceber, até o momento, a promessa feita por economistas e presidentes de bancos centrais no final da década de 1980 – qual seja, a promessa de um futuro promissor, no qual não haveria mais pobreza – não se concretizou. A seguir, veremos como a sociologia buscou elaborar modelos para explicar o fenômeno da globalização e as consequências provocadas por ela.

### 5.1 Modelos contemporâneos de explicação sociológica sobre a globalização

Se a globalização é um fenômeno difícil de ser explicado, e se a sua compreensão exige um imenso esforço para a interpretação de fatos, situações e movimentos que extrapolam os limites do que é nacional, é justificável configurá-la como um objeto que desafia o arsenal sociológico de investigação. Segundo Ianni (1998), das ciências sociais são esperados procedimentos para a reflexão a respeito da realidade social, que hoje ultrapassa de maneira visível os desafios até então enfrentados pela sociologia.

O objeto das ciências sociais deixa de ser principalmente a realidade histórico-social nacional, ou o indivíduo em seu modo de ser, pensar, agir, sentir e imaginar. Desde que se evidenciam os mais diversos nexos entre indivíduos e coletividades, ou povos, tribos, nações e nacionalidades, em âmbito mundial, o objeto das ciências sociais passa a ser também a sociedade global. Muito do que é social, econômico, político, cultural, linguístico, religioso, demográfico e ecológico adquire significação não só extranacional, internacional ou transnacional, mas propriamente mundial, planetária ou global. Quando se multiplicam as relações, os processos e as estruturas de dominação e apropriação, bem como de integração e fragmentação, em escala mundial, nesse contexto estão em causa novas exigências epistemológicas (IANNI, 1998, p. 2).

Os mecanismos e os procedimentos de pesquisa sociológica, então, devem levar em conta que as condições históricas e teóricas, no contexto da globalização, abarcam inúmeros desencontros, conflitos, tensões, rupturas e descontinuidades. As categorias de análise devem considerar os novos sentidos e significados que adquiriram os fenômenos da história, da memória, da lembrança e do esquecimento. "Alteram-se mais ou menos drasticamente as condições, as possibilidades e os significados do espaço e do tempo, já que se multiplicam as espacialidades e as temporalidades" (IANNI, 1998, p. 2).

O sentido de espaço a partir do qual as ciências sociais trabalharam nos séculos XVIII e XIX agora é outro. O espaço, ao menos no sentido comum em que sempre foi compreendido, não dá mais conta de nomear o que no final do século XX e começo do século XXI passou a ser compreendido como espaço. O mesmo ocorre com os fenômenos da cultura, da religião, da política, das tradições e dos hábitos de convívio social. Nossa memória, agora, abarca não apenas o que aconteceu no passado com nossa família e nosso país, mas também o que aconteceu lá fora, no espaço que nos parece distante, mas que está próximo.

Se o sentido de fronteiras mudou, e se a noção do que é específico em cada cultura mudou, temos que construir outros instrumentos de análise, diferentes dos que foram usados até agora. Um sushi (prato da culinária japonesa), aqui no Brasil, ganhou formas, cores e receitas que, provavelmente, são

inconcebíveis para os orientais. Essa busca de acomodação à cultura local tornou-se um verdadeiro desafio para todas as marcas e produtos globais. Afinal, o mercado é global, mas os consumidores têm especificidades que devem ser contempladas e levadas em conta pelas grandes indústrias e corporações.



Figura 26 – A busca de acomodação à cultura local tornou-se um verdadeiro desafio para todas as marcas e produtos globais

Disponível em: <https://bit.ly/3v9P8UA>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Embora as Torres Gêmeas tenham sido atingidas em Nova York, em 2001, a lembrança dos prédios desabando por conta dos atos terroristas pertence a todos nós. Aquele é um evento que não faz parte apenas da narrativa histórica dos Estados Unidos; ao contrário, tornou-se um elemento do imaginário de todos. O mesmo podemos dizer a respeito da imagem de um menino sírio morto numa praia da Turquia, em 2015: a foto, divulgada exaustivamente em todos os meios de comunicação, não apenas deu um rosto e um nome aos refugiados que buscam escapar da guerra e da fome em seu país, mas acabou por moldar boa parte da consciência mundial em relação ao drama dos imigrantes. Da mesma forma que as Torres Gêmeas desabaram na nossa sala, por meio da televisão, essa criança morreu também na nossa rua e na porta da nossa casa.



### Saiba mais

Sugerimos que você assista a três filmes muito interessantes.

*Babel*: o filme cria um mosaico de vários eventos ocorrendo simultaneamente, de forma não linear. Um tiro que atinge uma turista americana no Marrocos provoca outros acontecimentos nos Estados Unidos, no México e no Japão.

BABEL. Direção: Alejandro González Iñárritu. Estados Unidos; México; França: Anonymous Content; Zeta Film; Central Films; Media Rights Capital, 2006. 143 min.

*Encontro com Milton Santos ou O mundo global visto do lado de cá:* por meio de entrevistas com o geógrafo Milton Santos (1926-2001), o documentário propõe-se a discutir a globalização, o consumo, a ideia de território e as consequências advindas das novas faces do capitalismo a partir do final do século XX. Milton Santos não foi apenas um dos maiores pensadores da geografia no Brasil, mas uma importante voz no cenário mundial. Sua obra tem, como principal característica, uma profunda crítica ao processo de globalização, em especial no que se refere às suas consequências para os países pobres ou em desenvolvimento.

ENCONTRO com Milton Santos ou O mundo global visto do lado de cá. Direção: Sílvio Tandler. Brasil: Caliban Produções, 2006. 90 min.

*Adeus, Lênin:* o filme é uma tragicomédia que narra as experiências de uma socialista convicta que, por conta de um enfarto, fica em coma durante oito meses. Quando ela acorda, a Alemanha Oriental já não existe mais, o Muro de Berlim foi destruído e o capitalismo tornou-se o modelo econômico hegemônico. O seu filho, para protegê-la, faz de tudo para que ela não descubra a verdade.

ADEUS, Lênin. Direção: Wolfgang Becker. Alemanha: X-Filme Creative Pool, 2003. 121 min.

Para Ianni (2001), uma das grandes dificuldades a serem enfrentadas pelas ciências sociais é que o seu paradigma básico (ou seja, o seu modelo de análise) se construiu a partir da ideia de sociedade nacional, categoria que vem sendo esgarçada pelos defensores da globalização.

"A sociedade global apresenta desafios empíricos e metodológicos, ou históricos e teóricos, que exigem novos conceitos, outras categorias, diferentes interpretações" (IANNI, 2001, p. 237). Assim, todo o arsenal de investigação sociológica baseado nos antigos padrões e modelos de análise precisa acomodar uma realidade internacional, transnacional e multinacional.

É provável que grande parte dos obstáculos ao trabalho do sociólogo tenha como origem o fato de que, curiosamente, ao mesmo tempo que o mundo tende a (ou pretende) se transformar em algo global, percebem-se movimentos contrários a esse molde. Conforme assinala Ianni (2001), os Estados-nação ainda existem, da mesma forma que permanecem as fronteiras entre territórios, a circulação de moedas diferentes, a existência de distintas constituições e conjuntos de normas legais, e os monumentos a diferentes heróis. Além disso, não são raros os movimentos nacionalistas e fundamentalistas, que não apenas ameaçam a hegemonia do discurso globalizador, mas também atacam e buscam destruir as origens desse mesmo discurso.



### Lembrete

Falamos anteriormente do ataque às Torres Gêmeas de Nova York. Diversos pesquisadores entendem esse ato de terrorismo como resultado da clara intenção de afrontar o mundo ocidental – em última instância, o criador do discurso da globalização.

No mesmo sentido, outras manifestações se opõem à utopia do mundo global, como os movimentos nacionalistas similares ao Estado Islâmico do Iraque e da Síria (Isis), que surgiu a partir da ação de remanescentes da Al-Qaeda (justamente a organização responsável pelo ataque às Torres Gêmeas) e que, em 2013, já havia crescido e se espalhado em torno do objetivo de criar um Estado islâmico. Outro exemplo de manifestação contrária ao discurso globalizador é a junção de parte do fundamentalismo cristão com os supremacistas brancos – grupos ligados ao neonazismo que acreditam na falsa superioridade do homem branco. Esses grupos têm se apresentado contra a globalização (chamada por eles de globalismo) contínua e agressivamente. Como afirma Ianni (1998, p. 5),

a originalidade e a complexidade da globalização, no seu todo ou em seus distintos aspectos, desafiam o cientista social a mobilizar sugestões e conquistas de várias ciências. Acontece que a globalização pode ser vista como um vasto processo não só político-econômico, mas também sociocultural, compreendendo problemas demográficos, ecológicos, de gênero, religiosos, linguísticos e outros. Ainda que a pesquisa privilegie determinado ângulo de análise, está continuamente desafiada a levar em conta outros aspectos da realidade, sem os quais a análise econômica, política, sociológica, ecológica ou outra resulta em abstrações carentes de realidade, consistência ou verossimilhança.

Essas camadas de sentido e significado da globalização constituem verdadeiros desafios para as ciências sociais. Segundo Ianni (1998), os principais são:

- A realidade social, o "objeto" de estudo da sociologia, agrega características nacionais, regionais e locais. Os antigos conceitos de identidade, nação e ideologia não são suficientes para descrever e investigar as relações sociais que acontecem num mundo em que a circulação de informações ignora fronteiras, criando novas formas de organização sindical, de discussões políticas e de mobilização social.
- As construções teóricas a respeito de sociedade civil, Estado, povo, cidadania, conflito de classes, divisão do trabalho, capitalismo, socialismo e revolução só fazem sentido quando as sociedades são investigadas local ou nacionalmente. Em outras palavras, ainda não existem construções teóricas que permitam a investigação de fenômenos globais.
- As pesquisas passaram a requerer orientação multidisciplinar.

- As pesquisas passaram a utilizar, de maneira mais intensa, métodos comparativos a partir de um contexto bastante diversificado. Mais do que nunca, diante da problemática da globalização, o cientista social é levado a realizar comparações complexas, com rigor metodológico.
- As antigas categorias de passado e presente precisam ser reavaliadas. Apenas para dar um exemplo, consideremos uma análise que envolva aspectos históricos relacionados ao colonialismo e ao imperialismo. Dadas as novas faces da globalização, é evidente que esses aspectos não podem mais ser investigados da mesma forma que fazíamos no início do século XX. Os fenômenos do colonialismo e do imperialismo exigem que incorporem, para a sua compreensão, um olhar de hoje, um olhar impregnado de percepções a respeito das relações econômicas, sociais e culturais que surgiram a partir da globalização. Como lembra Ianni (1998, p. 5), devemos conduzir nossa investigação "como se uma nova luz permitisse clarificar com outras cores o que parecia desenhado, assim como desvendar traços, movimentos, sons e cores que não se havia percebido" anteriormente.
- O sujeito do conhecimento, ou seja, nós que investigamos a realidade social, também não é mais o mesmo. Nosso olhar agora incorpora experiências e sensações de maneira "desterritorializada": em alguns momentos, nosso ponto de partida não é o país em que moramos, nem o espaço que conhecemos. Somos capazes de perceber o mundo a partir do ponto de vista de diferentes nacionalidades, diferentes percursos históricos e diferentes hábitos e formas de organização social.



Figura 27 – No mundo globalizado, nosso olhar incorpora experiências e sensações de maneira "desterritorializada"

Disponível em: <https://bit.ly/3lvir0w>. Acesso em: 12 nov. 2021.

De acordo com Ianni (2001, p. 239), "a sociedade global se constitui como um momento epistemológico fundamental, novo, pouco conhecido, desafiando a reflexão e a imaginação de cientistas sociais, filósofos e artistas". Concluímos, então, que o fenômeno da globalização exige, para a sua compreensão, um

aparato metodológico especial por parte das ciências sociais. Veremos, a seguir, algumas das teorias que procuram dar conta de explicá-la.

### 5.2 Teorias da globalização

Os sociólogos vêm buscando desenvolver teorias que expliquem o fenômeno da globalização do ponto de vista das relações sociais e das consequências advindas das novas formas de trabalho, de circulação de bens e pessoas, de troca incessante de informações e de entendimento da questão do nacional, do regional e do local.

Segundo Ianni (2001), algumas dessas teorias elaboraram a noção de sistema-mundo, ou economia-mundo. Na opinião do autor, essas teorias ocupam-se com a análise do conflito entre o centro e a periferia do mundo, entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. A ideia de sistema-mundo ajuda a explicar as crises nos centros do capitalismo, crises essas que criam ondas e se propagam para a periferia, afetando – ou tornando mais perversas e evidentes – as estruturas de desigualdade social por meio de relações que tensionam e colocam em conflito as nações dominantes e as que a elas se submetem. Em continuidade, Ianni (2001, p. 33) cita Wallerstein (1979) para explicar em que consiste esse sistema mundial:

O sistema mundial é um sistema social, um sistema que possui limites, estrutura, grupos, membros, regras de legitimação e coerência. Sua vida resulta das forças conflitantes que o mantêm unido por tensão e o desagregam, na medida em que cada um dos grupos busca sempre reorganizá-lo em seu benefício. Tem as características de um organismo, na medida em que tem um tempo de vida durante o qual suas características mudam em alguns dos seus aspectos, e permanecem estáveis em outros. Suas estruturas podem definir-se como fortes ou débeis em momentos diferentes, em termos da lógica interna de seu funcionamento. [...] Até o momento só têm existido duas variedades de tais sistemas mundiais: impérios-mundo, nos quais existe um único sistema político sobre a maior parte da área, por mais atenuado que possa estar o seu controle efetivo; e aqueles sistemas nos quais tal sistema político único não existe sobre toda ou virtualmente toda a sua extensão. Por conveniência, e à falta de melhor termo, utilizamos o termo "economias-mundo" para definir esses últimos.

Outro grupo importante de teorias tem o objetivo de entender a internacionalização do capital e sua importância para o processo globalizador. O mundo transformou-se numa grande fábrica global, ao mesmo tempo que ganhou características típicas de um shopping center mundial. Essas metáforas (as de fábrica e shopping center globais) conseguem se fazer reais no mundo em que vivemos porque as relações de produção e consumo ganharam novos formatos com a globalização – aliás, não apenas as relações de produção e consumo, mas também as formas de gerar e fazer circular o capital financeiro. Essa modalidade de capital circula sem nacionalidade e sem pátria. Ele não pertence a país algum e não defende quaisquer interesses nacionais. É o capital gerado por meio da acumulação nas atividades produtivas, mas que cresce por conta da especulação de grandes financistas ou grandes corporações



financeiras, e que reverbera na vida da sociedade por conta da diversidade que cria ou destrói. Segundo Ianni (2001, p. 64),

é claro que a internacionalização do capital, compreendida como internacionalização do processo produtivo ou da reprodução ampliada do capital, envolve a internacionalização das classes sociais, em suas relações, reciprocidades e antagonismos. Como ocorre em toda formação social capitalista, também na global desenvolve-se a questão social. Quando se mundializa o capital produtivo, mundializam-se as forças produtivas e as relações de produção. Esse é o contexto em que se dá a mundialização das classes sociais, compreendendo suas diversidades internas, suas distribuições pelos mais diversos e distantes lugares, suas múltiplas e distintas características culturais, étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e outras.



Figura 28 – No mundo globalizado, mudam não apenas as relações de produção e consumo, mas também as formas de gerar e fazer circular o capital financeiro

Disponível em: <https://bit.ly/3BBJZH9>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Devem ser mencionadas também as teorias que buscam compreender a interdependência das nações. Já vimos que, apesar do discurso globalizador, as nações mantiveram sua identidade, suas políticas econômicas e sociais, sua cultura e seus valores, sem que isso compromettesse a fluidez do processo da globalização ou ameaçasse a ideia de uma rede mundial na qual as nações pudessem manter a paz, mesmo que isso significasse ignorar as relações de dominação ou a desigualdade da divisão internacional do trabalho e da riqueza.

Em consequência das discussões mencionadas, outro grupo de teorias vem tentando analisar a questão da modernização do mundo e da sua ocidentalização. Parece haver um inexplicável consenso de que a globalização, o capitalismo e a mundialização são as melhores escolhas que um país pode fazer, mesmo que isso não seja verdadeiro para nações que vivem situações econômicas muito específicas. Por

exemplo: caso um país tenha na agricultura sua maior base econômica, faz sentido abrir o mercado para produtos agrícolas estrangeiros mais baratos? No entanto, essa ideia de única e melhor solução

é uma tradução da ideia de que o capitalismo é um processo civilizatório não só "superior", mas também mais ou menos inexorável. Tende a desenvolver-se pelos quatro cantos do mundo, generalizando padrões, valores e instituições ocidentais (IANNI, 2001, p. 99).

Mais: o discurso da superioridade do modelo é feito de tal forma que todos os povos, independentemente de condição social ou etnia, tendem a acreditar que devem colaborar para a concretização dos projetos globalizadores.



### Lembrete

Vale a pena lembrar a teoria marxista a respeito da alienação. De certa forma, podemos ver alguma semelhança entre o processo descrito por Marx e a predominância da tecnologia, nos dias de hoje, definindo o que somos, com quem conversamos, o que compramos e o que pensamos. Nesse sentido, como afirma Ianni (2001, p. 114), "aos poucos, a sistemática da tecnologia povoa e organiza também o imaginário de indivíduos e coletividades. Ao entrar na fábrica de simulacros e virtualidades, a tecnologia ajuda a instituir parâmetros de pensamento e imaginação".

Finalmente, um conjunto de teorias tem se ocupado da compreensão racional do mito da aldeia global. Esse mito criou a ideia de que somos todos irmãos e partilhamos o mesmo espaço, como se, de fato, vivêssemos orientados por ideias de solidariedade e comunhão mundial. Ianni (2001, p. 119) diz que

a noção de aldeia global é bem uma expressão da globalidade das ideias, padrões e valores socioculturais, imaginários. Pode ser vista como uma teoria da cultura mundial, entendida como cultura de massa, mercado de bens culturais, universo de signos e símbolos, linguagens e significados que povoam o modo pelo qual uns e outros situam-se no mundo, ou pensam, imaginam, sentem e agem. A aldeia global pode ser uma metáfora e uma realidade, uma configuração histórica e uma utopia. Sim, pode ser simultaneamente todas essas possibilidades. Desde que as técnicas da eletrônica propiciaram a intensificação e a generalização das comunicações, além de toda e qualquer fronteira, acelerou-se um processo que já vinha desenvolvendo-se no âmbito das relações internacionais, das organizações multilaterais e das corporações transnacionais. O que o mundo já conhecia em fins do século XIX e começo do XX, como monopólios, trustes e cartéis, tecendo geoeconomias e geopolíticas de sistemas imperialistas, ou economias-mundo, prenunciava os primeiros contornos do que seria no fim do século XX a aldeia global. Na medida em que se desenvolvem as relações, os processos e as estruturas de dominação e apropriação constituindo

a sociedade global, o que se intensifica e generaliza com a crescente mobilização de técnicas eletrônicas, muitos começam a perceber o mundo como uma vasta e insólita ou idílica aldeia global.

É deveras interessante perceber como esse mito persiste, apesar de todas as evidências em contrário. No caso da pandemia de coronavírus de 2020, por exemplo, não faltaram discussões a respeito de compras gigantescas de vacinas e equipamentos individuais de segurança por parte de determinados países, certamente não preocupados com o fato de que outros países também precisariam de vacinas e equipamentos. A ideia de aldeia global, portanto, só existe no campo utópico. Por conta disso, investigaremos a seguir as questões da pobreza e da exclusão, e o papel do Brasil no cenário do mundo globalizado.

### 6 O MUNDO GLOBAL

Segundo Stiglitz (2007), economista que recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 2001 e ex-funcionário graduado do Banco Mundial, não demorou muito para que o mundo percebesse que as promessas do discurso globalizador não eram tão fáceis de serem concretizadas. Quinze anos após a reunião que constituiu o Consenso de Washington, os problemas já eram visíveis e os questionamentos cada vez mais frequentes.

Os países mais pobres não haviam alcançado os patamares de riqueza previstos. As instituições internacionais, notadamente o FMI e o Banco Mundial, não conseguiam garantir processos sustentáveis de desenvolvimento nesses países. Em verdade, eram poucos os que ainda não haviam percebido a hegemonia da qual desfrutavam os países desenvolvidos quando em situação de conflito ou diante de reclamações que necessitassem da intermediação das instituições internacionais.

Até mesmo nos países economicamente bem-sucedidos, alguns trabalhadores e algumas comunidades foram afetados de forma negativa pela globalização. [...] A revolução nas comunicações globais aumenta a consciência dessas disparidades. [...] Esses desequilíbrios globais são moralmente inaceitáveis e politicamente insustentáveis (STIGLITZ, 2007, p. 67).



Figura 29 – Em praticamente todos os países, os trabalhadores foram afetados pela globalização

Disponível em: <https://bit.ly/3v08CuN>. Acesso em: 12 nov. 2021.

O maior fator de descontentamento era o de que, ao invés da globalização da riqueza, apenas a pobreza havia sido globalizada. Nos países em desenvolvimento, o desemprego havia aumentado e a renda *per capita* diminuído. A grande maioria dos países não desenvolvidos lutava contra panoramas crescentes de desigualdade e vulnerabilidade social. As conclusões pareciam óbvias: as regras da globalização haviam sido criadas para dar mais vantagens aos países industrializados, regras essas que castigavam preferencialmente os países mais pobres.

Segundo Stiglitz (2007), não ocorreu qualquer diminuição da pobreza e da desigualdade social, mas aumentou a dependência dos países pobres em relação aos países mais ricos, em especial no que diz respeito ao crédito, aos investimentos estrangeiros diretos e ao acesso a medicamentos e outros produtos e serviços envolvendo tecnologias protegidas por patentes.

Mesmo a ação do FMI e do Banco Mundial gerava reclamações. Para que essas instituições ajudassem economias em crise e dificuldade, os países solicitantes tinham que atender às exigências feitas por elas, como privatização de setores estratégicos da economia ou redução de subsídios agrícolas, entre outras medidas prejudiciais ao seu mercado interno e à qualidade de vida dos seus cidadãos. Afinal, uma coisa era criticar práticas protecionistas de mercado quando realizadas em países fortes do ponto de vista econômico; outra bem distinta era eliminar essas políticas quando as poucas indústrias nacionais lutavam ferozmente para enfrentar a concorrência mundial. Mais: uma coisa era diminuir os valores gastos com programas sociais em países em que a riqueza era mais bem distribuída; outra bem distinta era diminuir (ou eliminar) seguro-desemprego, sistema público de saúde e programas de transferência de renda em países mais pobres.

Outro aspecto levantado pelos críticos à globalização é que o processo ignorava o que havia de mais globalizante no neoliberalismo: a degradação ambiental em escala global. Desde 1989, esse tema ganhou cada vez mais espaço nos fóruns mundiais e, inclusive, nas negociações comerciais. Havia, e ainda há, uma imensa associação entre globalização e degradação ambiental, e essa associação atinge a todos os países, industrializados ou não. Aliás, os recentes índices de crescimento da economia da Índia e da China evidenciam o quanto a intensificação das atividades econômicas deixa marcas quando esse processo não é planejado e sustentável.

Quais as soluções para dar um fim à globalização da pobreza? Uma delas é a concessão de ajuda financeira sob a forma de doação, sem prazo ou juros para ser restituída, em especial quando vinculada à proteção ambiental e ao combate da vulnerabilidade social. Outras soluções podem vir sob a forma de acordos comerciais mais justos, nos quais os países menos desenvolvidos tenham a mesma força de negociação dos países mais ricos (STIGLITZ, 2007). Em resumo, as soluções devem passar pelo crivo do significado real do livre-comércio de acordo com as especificidades de cada país. O comércio só pode ser livre se todos os países puderem se beneficiar dele; em outras palavras, o argumento do livre-comércio não deve ser utilizado para justificar o aumento da pobreza e da dependência dos países menos desenvolvidos.



Figura 30 – A proposta de livre-comércio deve considerar as especificidades e necessidades de cada país. Em outras palavras, ela não pode beneficiar apenas as nações mais desenvolvidas

Disponível em: <https://bit.ly/3iRYglh>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Afinal, como competir com produtos estrangeiros barateados pelo fato de, nos países de origem, a legislação trabalhista ser mais flexível? Como competir com países que não primam por uma legislação ambiental rigorosa? Como competir se o desenvolvimento, mais do que nunca, está atrelado à questão da propriedade intelectual?

Sempre haverá a necessidade de contrabalançar o desejo dos inventores de proteger suas descobertas – e os incentivos que essa proteção proporciona – e as necessidades do público que se beneficia do acesso mais amplo ao conhecimento, com uma resultante aceleração do ritmo de descoberta e os preços mais baixos que vêm da competição (STIGLITZ, 2007, p. 196).



### Saiba mais

O aspecto mencionado é fundamental na hora de refletir sobre a disponibilidade de medicamentos para doenças que assolam todos os continentes do mundo, mas que atingem, de forma especial, os países em desenvolvimento. A respeito desse tema, sugerimos que você assista ao filme *Contágio*. Ele narra, no campo da ficção, o combate a uma pandemia que se manifesta, pela primeira vez, na Ásia. Segundo o diretor, o roteiro inspirou-se nos eventos relacionados ao surto de Sars e a outras pandemias.

CONTÁGIO. Direção: Steven Soderbergh. Estados Unidos: Participant Media; Imagenation Abu Dhabi; Double Feature Films, 2011. 106 min.

Sobre o filme, e a respeito das representações sociais das pandemias e doenças, sugerimos que você leia este artigo:

JUDENSNAIDER, I. Contágio: o discurso do medo. *Prometeica*, ano 3, n. 6, p. 79-95, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3n492h2>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Devem ser discutidas ainda as diferenças entre os ganhos com recursos naturais e os ganhos provenientes de bens manufaturados. Parece claro que há uma imensa desigualdade nos lucros que países exportadores de café recebem, comparativamente aos lucros dos países que exportam máquinas, computadores e produtos que envolvam tecnologia. Por conta disso, segundo Stiglitz (2007), os países em desenvolvimento que são ricos em recursos naturais, não raras vezes, percebem-se em situação de extrema dependência do mercado internacional, já que os bens que exportam são commodities.



### Observação

Commodities são matérias-primas que não envolvem processos de industrialização.

Finalmente, as reservas de determinados recursos naturais vêm provocando guerras em diversas regiões do mundo, conflitos esses em geral fortalecidos com a ajuda internacional de países interessados em controlar essas reservas. Há também disputas entre países fronteiriços, especialmente quando uma nação tem reservas de algum recurso valioso e a outra não. Há mais conflito ainda quando as fronteiras foram demarcadas pelas antigas potências coloniais, como se observa no caso de vários países africanos. Essas disputas muitas vezes motivam movimentos de independência ou conflitos armados para garantir a posse do recurso. Assim, a posse de recursos naturais valiosos acaba por gerar violência, instabilidade política ou corrupção. "A riqueza gera poder, o poder que possibilita que a classe dominante mantenha essa riqueza" (STIGLITZ, 2007, p. 238). É um curioso mundo global: a posse de recursos não garante o desenvolvimento, e a falta deles tampouco impede o crescimento. Como evidências desse paradoxo, temos o caso do Japão (um país minúsculo em termos geográficos) e dos Países Baixos.



### Saiba mais

Exemplos dos fenômenos citados são os eventos que ocorrem em Ruanda, República Democrática do Congo, Angola e Uganda. Essas regiões são ricas em minério, especialmente em diamantes e *coltan*, um recurso essencial para a produção de computadores, tablets e celulares. Um filme bastante interessante sobre o quanto os países industrializados são cúmplices dos conflitos na região é *Diamante de sangue*.

DIAMANTE de sangue. Direção: Edward Zwick. Estados Unidos: Bedford Falls Productions; Virtual Studios; Initial Entertainment Group, 2006. 134 min.





Figura 31 – As reservas de *coltan*, insumo fundamental para a indústria 4.0, têm sido motivo de conflitos e guerras no Congo e em outros países da África

Disponível em: <https://bit.ly/3ltM9Da>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Há inúmeras medidas que podem colaborar para a diminuição da desigualdade entre países:

- a instituição de órgãos e fóruns de consultoria e aconselhamento político, em especial para países em que os regimes democráticos estão sob ameaça;
- a formulação de cláusulas ambientais que devem ser respeitadas por todos os países (se há um país que desmata floresta tropical para exportar madeira, há um país que a importa);
- a intensificação do controle de armas e a imposição de obstáculos ao desenvolvimento de energia nuclear;
- a definição de regras internacionais em relação ao controle e à punição de fake news.

Assim, segundo Stiglitz (2007), as sugestões para um desenvolvimento que incorpore ética devem incluir:

- políticas de sustentabilidade que priorizem a necessidade de um uso mais racional dos recursos naturais;
- o fortalecimento das instituições e órgãos internacionais responsáveis pela vigilância da paz e da justiça;
- a inclusão social e tecnológica das nações (e dentro das nações) menos favorecidas – o combate à exclusão social é prioritário;
- a proteção às políticas sociais, fazendo disso uma condição para a concessão de empréstimos e financiamentos para nações em desenvolvimento;

- o apoio aos pequenos e médios negócios, em todos os países;
- o apoio às técnicas de uso intensivo de mão de obra, especialmente nos projetos financiados com recursos internacionais.

Em resumo, democratizar a globalização significa desenvolvimento sustentável com justiça social. Sem que seja democratizada, a globalização só faz gerar pobreza e exclusão.

### 6.1 Pobreza e exclusão

A desigualdade social estimulada pela globalização é um fenômeno que merece atenção especial, inclusive por não atingir apenas os países quando observados comparativamente. Dentro de cada país também é possível perceber quão desigual é a distribuição de renda e como vem aumentando, cada vez mais, o número de pessoas econômica e socialmente vulneráveis. Talvez ainda mais importante do que a constatação da existência dessas desigualdades seja o fato de que o mundo construído pela globalização oferece poucas chances de mobilidade, tanto do ponto de vista do país quanto do ponto de vista das classes sociais internas ao país. Vejamos como esses fenômenos se manifestam.

#### Desigualdade social, riqueza e bem-estar

É fato que o processo de globalização fez com que o desemprego nos países mais pobres aumentasse. A necessidade de capacitação, mesmo no caso de trabalhos industriais e mecânicos, gerou um contingente imenso de pessoas sem qualquer condição de encontrar um posto de trabalho. Na verdade, um dos fenômenos mais comuns tem sido a transferência de postos de trabalho de um país para outro. Como afirma Stiglitz (2007, p. 145),

o lado negativo desse cenário cor-de-rosa é a possibilidade de que se percam empregos na medida em que eles se transferem de um país para outro – por exemplo, os americanos compram bens baratos feitos na China em vez de em seu próprio país.

Para os trabalhadores, sobram poucas alternativas quando uma empresa se retira de um país em desenvolvimento ou quando o desemprego atinge parte da população. De fato, há um efeito dominó que afeta todos os países, já que a precarização do trabalho e a perda de direitos trabalhistas têm ocorrido em todos os lugares do mundo.



#### Lembrete

Já mencionamos o que ocorre quando uma fábrica americana resolve fechar suas filiais e se transferir para países em que a mão de obra é mais barata. Falaremos mais sobre a questão do trabalho adiante.

Como afirmamos anteriormente, décadas depois da reunião que materializou o Consenso de Washington, há provas cabais de que o neoliberalismo e a globalização não deram conta de resolver os problemas de desigualdade social e de desigualdade econômica, dois fenômenos distintos que costumam ser tratados como sinônimos.

Reflita sobre a seguinte situação: o Brasil é considerado uma das mais importantes economias do mundo, apesar da distribuição injusta de renda e da desigualdade de oportunidades para todos os grupos sociais. Se fizermos uma lista das maiores economias do mundo, não será difícil localizar o Brasil na oitava posição entre os países com maior produto interno bruto (PIB) – ou seja, tudo o que o país produz no período de um ano.

**Tabela 3 – Maiores economias do mundo (PIB em trilhões de US\$)**

País	2016		2017		2018	
EUA	1ª	19,28	1ª	20,23	1ª	21,17
China	2ª	11,87	2ª	12,90	2ª	13,99
Japão	3ª	5,16	3ª	5,37	3ª	5,53
Alemanha	4ª	4,26	4ª	4,46	4ª	4,66
França	5ª	3,15	6ª	3,30	6ª	3,47
Reino Unido	6ª	3,15	5ª	3,34	5ª	3,54
Brasil	7ª	2,47	7ª	2,61	8ª	2,76
Índia	8ª	2,36	8ª	2,59	7ª	2,82
Itália	9ª	2,35	9ª	2,45	9ª	2,54
Rússia	10ª	2,20	10ª	2,27	10ª	2,36
Canadá	11ª	1,93	11ª	2,03	11ª	2,10
Austrália	12ª	1,53	15ª	1,53	13ª	1,66
Espanha	13ª	1,51	13ª	1,57	14ª	1,63
Coreia do Sul	14ª	1,49	12ª	1,60	12ª	1,73
México	15ª	1,44	14ª	1,52	15ª	1,60

Adaptada de: *Maiores...* (s.d.).

Examinemos melhor esse quadro. Temos um PIB maior do que a Itália, o Canadá, a Austrália e o México; no entanto, podemos afirmar que a população brasileira tem uma qualidade de vida superior à da população desses países, não tão “ricos” quanto o nosso em termos de produção?

Segundo Ianni (1994, p. 159), “a sociedade global é o cenário mais amplo do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório [...], em que se expressam diversidades, localismos, singularidades, particularismos ou identidades”. Diferentes processos históricos e diferentes posições em relação à dinâmica de centro/periferia determinaram diferentes marchas em termos de política econômica e social. Falamos anteriormente da República Democrática do Congo. Esse país detém cerca de 75% das reservas mundiais de *coltan*, um item precioso para a indústria 4.0. No entanto, o país tem uma das maiores taxas de mortalidade infantil e um PIB *per capita* que é o pior do mundo.



### Observação

O PIB *per capita* mede quanto cada habitante – do ponto de vista da média matemática – apropria-se da riqueza produzida. É um indicador que pode mascarar a realidade. Imagine que você e um amigo ganhem um salário mínimo por mês. Caso o seu amigo receba uma herança, e caso façamos novamente a média de renda de cada um dos dois, você e ele terão ficado mais ricos. No entanto, apenas ele enriqueceu.

Por causa das diferenças entre riqueza e bem-estar, e como o PIB e o PIB *per capita* podem não revelar a realidade, os economistas procuraram novas formas de mapear a qualidade de vida de uma nação por meio de um indicador. Para o cálculo desse novo indicador, o índice de desenvolvimento humano (IDH), são consideradas as seguintes variáveis:

- anos de escolaridade da população e número de matrículas por nível educacional;
- longevidade e expectativa de vida;
- renda média corrigida pelo custo de vida.

Os anos de escolaridade e o número de matrículas mostram o quanto a sociedade investiu em educação e quanto tempo as crianças estudam antes de se inserirem no mercado de trabalho; revelam ainda a capacidade de produção tecnológica e científica do país. A longevidade e a expectativa de vida indicam o quanto a sociedade usufrui de serviços de saúde e saneamento básico. Finalmente, o poder de compra corrigido pelo custo de vida mede o quanto de bens e serviços, em uma nação, o salário permite adquirir.

O IDH varia de 0 a 1: quanto mais próximo de 0, menor o desenvolvimento humano; quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Em termos categóricos, o IDH costuma ser dividido em três níveis:

- **De 0 a 0,499:** baixo desenvolvimento humano.
- **De 0,5 a 0,799:** médio desenvolvimento humano.
- **Acima de 0,80:** alto desenvolvimento humano.

Lembra-se da oitava posição do Brasil no ranking dos países com maior PIB, acima do Canadá? Pois bem, segundo o Index Mundi (2021), em 2017, uma criança canadense tinha a expectativa de viver 83,26 anos, e uma brasileira, 74,02 anos. Em outras palavras, se nascida em 2017, uma criança canadense viveria quase 10 anos a mais do que uma criança brasileira. Para que você possa identificar a posição do Brasil, comparativamente a outros países, veja a tabela a seguir.

**Tabela 4 – Valores de IDH (2019)**

Posição	País	IDH
1	Noruega	0,954
2	Suíça	0,946
3	Irlanda	0,942
4	Alemanha	0,939
4	Hong Kong	0,939
6	Austrália	0,938
6	Islândia	0,938
8	Suécia	0,937
9	Singapura	0,935
10	Holanda	0,933
11	Dinamarca	0,930
12	Finlândia	0,925
13	Canadá	0,922
<b>84</b>	<b>Brasil</b>	<b>0,765</b>
185	Burundi	0,423
186	Sudão do Sul	0,413
187	Chade	0,401
188	República Centro-Africana	0,381
189	Níger	0,377

Adaptada de: Ruic (2019).



Figura 32 – O IDH é um indicador que procura mensurar variáveis qualitativas relacionadas ao desenvolvimento social

Disponível em: <https://bit.ly/3Gdlr8e>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Quais os processos e as estratégias que podem corrigir as desigualdades sociais e econômicas, independentemente do grau de riqueza de uma nação? O economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1988 (e que esteve à frente dos estudos que iniciaram a elaboração do IDH), vem desenvolvendo pesquisas para compreender a estrutura e a natureza da desigualdade social e da pobreza.

Para Sen (2000), a desigualdade social é, acima de tudo, fruto da falta de liberdade de fazer escolhas. Em outras palavras, a desigualdade maior se dá em relação à diferença de oportunidades de escolha. Uma criança nascida numa cidade sem escola e sem saneamento básico tem as mesmas oportunidades que uma criança nascida numa grande cidade e moradora de um bairro com todos os equipamentos de saúde e educação? Parece bem claro que elas têm diferentes oportunidades de ascensão social e de expectativa e qualidade de vida. De acordo com Sen, há escolhas, ou liberdades fundamentais, que são mais básicas do que os projetos profissionais das pessoas. Segundo o Unicef (2017),

cerca de 3 em cada 10 pessoas em todo o mundo, ou 2,1 bilhões de pessoas, não têm acesso a água potável e disponível em casa, e 6 em cada 10 pessoas, ou 4,4 bilhões de pessoas, não têm acesso a saneamento gerido de forma segura, de acordo com um novo relatório divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Unicef. [...] "A água potável, o saneamento e a higiene em casa não devem ser somente privilégios de pessoas ricas ou das que vivem em centros urbanos", diz o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde. "Estes são alguns dos requisitos mais básicos para a saúde humana, e todos os países têm a responsabilidade de garantir que todas as pessoas possam acessá-los."



Figura 33 – Para Amartya Sen, a desigualdade é, acima de qualquer outro aspecto, a falta de liberdade de fazer escolhas

Disponível em: <https://bit.ly/3mHOA4q>. Acesso em: 12 nov. 2021.



Sen (2000) afirma que não há liberdade sem oportunidade. Para reduzir a desigualdade social e a pobreza, é necessário que todos sejam livres para fazer escolhas em iguais condições. Na maior parte dos países que conseguiram diminuir a desigualdade e reduzir a pobreza, os governos tomaram a iniciativa de criar políticas públicas específicas para o estímulo ao saneamento básico, para a criação de um sistema público de saúde que atendesse a todos indistintamente, para a execução de programas de transferência de renda a fim de garantir uma renda mínima etc. Outro instrumento bastante utilizado foi a aplicação de políticas de ação afirmativa, como o estabelecimento de cotas para vagas em universidades públicas ou para cargos públicos. Nesse sentido, as ideias de Amartya Sen são bastante inovadoras. Consideramos importante que você tenha contato com algumas delas. Por isso, apresentamos a seguir um trecho da principal obra do autor.

### Desenvolvimento como liberdade

É tão importante reconhecer o papel crucial da riqueza na determinação de nossas condições e qualidade de vida quanto entender a natureza restrita e dependente dessa relação. Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do produto nacional bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele.

Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento; é sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza [...]. Pela mesma razão, o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. [...]

Um número imenso de pessoas em todo o mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade. Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver. Mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis. Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra uma morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura. Nos países mais ricos é demasiado comum haver pessoas imensamente desfavorecidas, carentes das oportunidades básicas de acesso a serviços de saúde, educação funcional, emprego remunerado ou segurança econômica e social. Mesmo em países muito ricos, às vezes a longevidade de grupos substanciais não é mais elevada do que em muitas economias mais pobres do chamado Terceiro Mundo. Adicionalmente, a desigualdade entre mulheres e homens afeta – e às vezes encerra prematuramente – a vida de milhões de mulheres e, de modos diferentes, restringe em altíssimo grau as liberdades substantivas para o sexo feminino.

No que se refere a outras privações de liberdade, a um número enorme de pessoas em diversos países do mundo são sistematicamente negados a liberdade política e os direitos civis básicos. Afirmar-se com certa frequência que a negação desses direitos ajuda a estimular o crescimento econômico e é "benéfica" para o desenvolvimento econômico rápido. Alguns chegaram a defender sistemas políticos mais autoritários – com negação de direitos civis e políticos básicos – alegando a vantagem desses sistemas na promoção do desenvolvimento econômico. Essa tese (frequentemente denominada "tese de Lee", atribuída em algumas formas ao ex-primeiro-ministro de Singapura Lee Kuan Yew) às vezes é defendida por meio de algumas evidências empíricas bem rudimentares. Na verdade, comparações mais abrangentes entre países não forneceram nenhuma confirmação dessa tese, e há poucos indícios de que a política autoritária realmente auxilie o crescimento econômico. As evidências empíricas indicam veementemente que o crescimento econômico está mais ligado a um clima econômico mais propício do que a um sistema político mais rígido. [...]

O desenvolvimento econômico apresenta ainda outras dimensões, entre elas a segurança econômica. Com grande frequência, a insegurança econômica pode relacionar-se à ausência de direitos e liberdades democráticas. De fato, o funcionamento da democracia e dos direitos políticos pode até mesmo ajudar a impedir a ocorrência de fomes coletivas e outros desastres econômicos. Os governantes autoritários, que raramente sofrem os efeitos de fomes coletivas (ou de outras calamidades econômicas como essa), tendem a não ter estímulo para tomar providências preventivas oportunas. Os governos democráticos, em contraste, precisam vencer eleições e enfrentar a crítica pública, dois fortes incentivos para que tomem medidas preventivas contra aqueles males. Não surpreende que nenhuma fome coletiva jamais tenha ocorrido, em toda a história do mundo, em uma democracia efetiva – seja ela economicamente rica (como a Europa ocidental contemporânea ou a América do Norte) ou relativamente pobre (como a Índia pós-independência, Botsuana ou o Zimbábue). A tendência tem sido as fomes coletivas ocorrerem em territórios coloniais governados por dirigentes de fora (como a Índia britânica ou a Irlanda administrada por governantes ingleses desinteressados), em Estados unipartidaristas (como a Ucrânia na década de 1930 ou a China no período 1958-1961, ou ainda o Camboja na década de 1970), ou em ditaduras militares (como a Etiópia, a Somália ou alguns países subsaarianos no passado recente). [...]

Porém – mais fundamentalmente –, a liberdade política e as liberdades civis são importantes por si mesmas, de um modo direto; não é necessário justificá-las indiretamente com base em seus efeitos sobre a economia. Mesmo quando não falta segurança econômica adequada a pessoas sem liberdades políticas ou direitos civis, elas são privadas de liberdades importantes para conduzir sua vida, sendo-lhes negada a oportunidade de participar de decisões cruciais concernentes a assuntos públicos. Essas privações restringem a vida social e a vida política, e devem ser consideradas repressivas mesmo sem acarretar outros males (como desastres econômicos). Como as liberdades políticas e civis são elementos constitutivos da liberdade humana, sua negação é, em si, uma deficiência. Ao examinarmos o papel dos direitos humanos no desenvolvimento, precisamos levar em conta tanto a importância constitutiva quanto a importância instrumental dos direitos civis e liberdades políticas [...]

Deve ter ficado claro, com a discussão precedente, que a visão da liberdade aqui adotada envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. A privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como a violação do direito ao voto ou de outros direitos políticos ou civis), ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo do que gostariam (incluindo a ausência de oportunidades elementares como a capacidade de escapar de morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária). [...]

Existem boas razões para que se veja a pobreza como uma privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda. A privação de capacidades elementares pode refletir-se em morte prematura, subnutrição significativa (especialmente de crianças), morbidez persistente, analfabetismo muito disseminado e outras deficiências. Por exemplo, o terrível fenômeno das "mulheres faltantes" (resultante de taxas de mortalidade incomumente elevadas para as mulheres de determinadas faixas etárias em algumas sociedades, particularmente no sul da Ásia, na Ásia ocidental, na África setentrional e na China) tem de ser analisado à luz de informações demográficas, médicas e sociais, e não com base nas baixas rendas, pois esse segundo critério às vezes nos revela pouquíssimo sobre o fenômeno da desigualdade entre os sexos.

A mudança de perspectiva é importante porque nos dá uma visão diferente – e mais diretamente relevante – da pobreza, não apenas nos países em desenvolvimento, mas também nas sociedades mais afluentes. A presença de níveis elevados de desemprego na Europa (cerca de 10% a 12% em muitos dos principais países europeus) implica privações que não são bem refletidas pelas estatísticas de distribuição de renda. Com frequência se tenta fazer com que essas privações pareçam menos graves, argumentando que o sistema europeu de seguridade social (incluindo o seguro-desemprego) tende a compensar a perda de renda dos desempregados. Mas o desemprego não é meramente uma deficiência de renda que pode ser compensada por transferências do Estado (a um pesado custo fiscal que pode ser, ele próprio, um ônus gravíssimo); é também uma fonte de efeitos debilitadores muito abrangentes sobre a liberdade, a iniciativa e as habilidades dos indivíduos. Entre seus múltiplos efeitos, o desemprego contribui para a "exclusão social" de alguns grupos e acarreta a perda de autonomia, de autoconfiança e de saúde física e psicológica. Não é difícil perceber a evidente incongruência que há nas tentativas europeias atuais de voltar-se para um clima social mais centrado no esforço pessoal sem conceber políticas adequadas para reduzir os elevados e intoleráveis níveis de desemprego que dificultam ao extremo a sobrevivência graças ao esforço pessoal.

Fonte: Sen (2000, p. 27-36).



### Saiba mais

Não é apenas por meio de cotas que o problema da desigualdade social pode ser enfrentado. Muhammad Yunus, economista e banqueiro de Bangladesh, foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, em 2006, por conta de um trabalho pelo qual, dentro do próprio contexto do capitalismo, conseguiu planejar mecanismos para diminuir a pobreza. Yunus criou um banco destinado à concessão de microcrédito, já que as pessoas mais carentes eram justamente as que mais precisavam de crédito e as que mais encontravam dificuldade para obtê-lo nos bancos tradicionais. Assim, seu banco passou a emprestar pequenas quantias para pessoas que trabalhavam com artesanato ou que necessitavam de recursos financeiros para a compra de matéria-prima. Ao contrário do que se imaginava, a taxa de inadimplência foi baixíssima, mesmo com o banco não exigindo qualquer contrapartida para a concessão do dinheiro. Além disso, Yunus deu preferência ao empréstimo a mulheres, buscando, com isso, diminuir a situação de desvantagem social feminina e permitindo que elas se tornassem protagonistas no processo de aquisição de crédito. Sugerimos a leitura do livro em que Yunus detalha o seu projeto:

YUNUS, M. *O banqueiro dos pobres*. Tradução: Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Ática, 2006.

## Os movimentos migratórios e a questão dos refugiados

Outra questão muito importante, e que está inegavelmente atrelada aos efeitos da pobreza e da exclusão causadas pela globalização, vincula-se às ondas migratórias de nações em desenvolvimento, subdesenvolvidas ou em guerra, por meio das quais a população procura proteção em países onde há emprego e melhores condições de vida. Segundo o Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2021), os refugiados são

... pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido a grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados.

Os dados coletados pelo Acnur (2021) mostram que

a Síria foi o país que mais gerou refugiados no mundo. Cerca de 824.400 pessoas foram forçadas a fugir dos conflitos que assolam o país. As crises na África subsaariana também levaram a novos deslocamentos. Quase 737.400 pessoas deixaram o Sudão do Sul para escapar de uma crise humanitária que cresceu consideravelmente em 2016. Burundi, Iraque, Nigéria e Eritreia também geraram grande número de refugiados. [...]

Os 5,5 milhões de sírios que foram forçados a fugir constituem o maior grupo de refugiados do mundo. Os refugiados do Afeganistão aparecem em segundo lugar se considerado o país de origem. [...]

A Turquia recebeu o maior número de refugiados – um total de 2,9 milhões, vindos principalmente da Síria. O país também abriga cerca de 30.400 refugiados do Iraque. As crises na África subsaariana tendem a forçar as pessoas a fugir para os países vizinhos e, como resultado, essa região continua a acolher um número cada vez maior de refugiados do Sudão do Sul, Somália, Sudão, República Democrática do Congo, República Centro-Africana, Eritreia e Burundi. [...]

O Paquistão acolheu a segunda maior população de refugiados no final de 2016: 1,4 milhão de pessoas vindas principalmente do Afeganistão. Esse número diminuiu ligeiramente devido aos refugiados que regressaram para casa. Cerca de 1 milhão de refugiados buscaram segurança no Líbano e 979.400 no Irã. [...]

Uganda vivenciou um aumento dramático da população de refugiados, que saltou de 477.200 no final de 2015 para 940.800 no final de 2016. Essa população era constituída por pessoas vindas principalmente do Sudão do Sul (68%), mas também contava com números significativos de pessoas vindas da República Democrática do Congo, Burundi, Somália e Ruanda. Na verdade, Uganda registrou o maior número de novos refugiados em 2016. [...]

O número de refugiados também aumentou na Etiópia, Jordânia e República Democrática do Congo. Na Alemanha, a população de refugiados mais do que duplicou em 2016 e chegou a 669.500 pessoas. O principal motivo para esse aumento foi o reconhecimento de solicitações de refúgio apresentadas em 2015 principalmente por sírios.



### Saiba mais

Recomendamos fortemente que você explore o site da Acnur – em especial, o menu das publicações.

Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Sugerimos também que você assista ao filme *Sergio*, que narra os últimos dias de vida do diplomata brasileiro Sergio Vieira de Mello, que atuava no Iraque quando foi morto em um atentado terrorista às instalações da ONU.

SERGIO. Direção: Greg Barker. Estados Unidos: Black Rabbit Media; Anima Pictures; Itapoan, 2020. 118 min.

A situação dos refugiados atualmente é uma das maiores evidências de que a distribuição de riqueza e prosperidade para todos, prometida pelo projeto neoliberal, não ocorreu. Há inúmeras possibilidades de reflexão sobre o contexto em que acontecem as migrações, as suas origens e as suas consequências. Martine (2005), por exemplo, lembra que o horizonte do migrante é o mundo, seja ele um mundo real ou imaginário, criado pela televisão ou pelo cinema. O discurso globalizador reforça o mito da aldeia global, sem fronteiras, em que a riqueza e a perspectiva de uma vida melhor estão disponíveis para todos. Aparentemente, essas são as regras do modelo da globalização. Martine (2005, p. 3) observa:

Essas regras, porém, são seguidas seletivamente pelos próprios países que as promovem. O resultado é que a globalização apresenta dificuldades e morosidades no cumprimento de suas promessas. Muitos países crescem pouco ou nada e, enquanto isso, as disparidades entre ricos e pobres aumentam. Tais desigualdades contribuem para aumentar o desejo, e até mesmo a necessidade, de migrar para outros países. Entretanto, as regras do jogo da globalização não se aplicam à migração internacional: enquanto o capital financeiro e o comércio fluem livremente, a mão de obra se move a conta-gotas.

Na verdade, a globalização acentua as desigualdades entre os países, processo que incentiva e estimula a migração internacional. E, ao mesmo tempo que a globalização dissemina a mensagem de que não há mais fronteiras entre os países, os países industrializados criam inúmeros obstáculos e regras que dificultam a mobilidade dos migrantes. "As fronteiras abrem-se para o fluxo de capitais e mercadorias, mas estão cada vez mais fechadas aos migrantes: essa é a grande inconsistência que define o atual momento histórico no que se refere às migrações internacionais" (MARTINE, 2005, p. 8).





Figura 34 – As ondas migratórias, que traduzem o desespero de pessoas em fuga de zonas de conflito ou de fome, mostram que o mundo perfeito da globalização ainda não se concretizou

Disponível em: <https://bit.ly/2YIW532>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Basicamente, os movimentos migratórios em direção aos países mais desenvolvidos são dificultados porque os países receptores de migrantes consideram que esse não é um fenômeno benéfico para suas economias. Embora a migração internacional apresente vantagens para os lugares de origem e de destino, há também desvantagens. Vejamos como Martine (2005) analisa esse cenário.

Entre as vantagens para os países de origem estão as remessas de dinheiro que podem ser feitas por aqueles que migraram e têm condições de auxiliar os que ficaram. A migração para países desenvolvidos pode não apenas aliviar as tensões locais nos países de origem, mas também permitir a emancipação de grupos perseguidos ou vítimas de preconceito e violência. Para os lugares de destino, os benefícios advêm de os migrantes trabalharem em atividades que os habitantes locais não desejam, inclusive recebendo salários menores. Além disso, no caso de economias estagnadas ou com crescimento populacional negativo, a entrada de migrantes estimula a economia.

As desvantagens, porém, são inúmeras. Para os países de origem, a migração pode representar uma "fuga de cérebros", ou seja, de pessoas com maior qualificação que não conseguem se realizar profissionalmente. O mesmo acontece com a fuga de pessoas mais criativas e empreendedoras, que não conseguem espaço para concretizar seus planos. Outros obstáculos estão associados ao fato de os migrantes saberem, de antemão, que serão vítimas de preconceito e discriminação por parte dos habitantes dos países de destino e, em alguns casos, que estarão sujeitos aos riscos da migração em condições insalubres e perigosas (travessias no mar em embarcações frágeis, caminhadas por grandes extensões territoriais etc.). Para os países de destino, a pressão sobre o sistema de saúde e de educação provocada pelos migrantes é um aspecto que demanda atenção, da mesma forma que o aumento de riscos por conta da necessidade de maiores gastos com segurança. As reações de sindicatos e de trabalhadores com a redução do número de empregos também desestimulam políticas de acolhimento a refugiados, e o desconforto social diante de novas expressões culturais (tanto por parte dos migrantes quanto por parte dos locais) costuma gerar conflitos que não raras vezes deságuam em violência.

Por conta disso, Martine (2005, p. 18-19) afirma que

a maneira com que a comunidade dos países desenvolvidos e não desenvolvidos lida, atualmente, com os movimentos migratórios internacionais pode ser considerada inadequada. A atitude concreta dos países desenvolvidos constitui uma manifestação importante das inconsistências entre o discurso e a prática liberal na atual fase de globalização. Essa e as outras incongruências mencionadas aqui devem fazer parte da agenda de trabalho dos movimentos sociais progressistas e tornar-se objetos de *advocacy*, de conscientização, de mobilização social e de reivindicação política. A eliminação dessas inconsistências certamente ajudaria na redução das brechas entre países e promoveria a convergência econômica. Por outro lado, a atitude dos países em desenvolvimento pode também ser inadequada – na medida em que ela é hesitante, ambígua e reativa. Para tirar partido das potencialidades da migração, seria necessária uma gama de atitudes proativas, baseadas na convicção de que a emigração é tanto inevitável como potencialmente benéfica para o desenvolvimento e a redução da pobreza. A redução das barreiras migratórias nos países desenvolvidos estimularia uma maior intensidade e heterogeneidade de rotas migratórias, à medida que os deslocamentos internacionais se tornassem cada vez mais parte da rotina, dentro de um mercado global de trabalho. Sem embargo, a mobilização de movimentos sociais e de organizações políticas em favor da liberalização da migração internacional tem sido relativamente morosa – em parte pela falta de consenso a respeito do significado social, econômico e político dos movimentos migratórios além-fronteira.

Para exemplificar, voltaremos agora nossa atenção para dois processos de deslocamento populacional que, por suas dimensões, foram motivo de debates e discussões nos contextos políticos e acadêmicos no Brasil: os fluxos migratórios de haitianos e venezuelanos para o território brasileiro nas primeiras duas décadas do século XXI.

A migração haitiana para o Brasil explica-se por diferentes aspectos:

- O Haiti é um país que sempre sofreu com a miséria e com o subdesenvolvimento, o que continuamente motivou a saída de pessoas para lugares em que houvesse melhores condições de vida e possibilidades de ascensão social. Além disso, a situação de extrema pobreza estimulou conflitos sociais e a guerra civil. Em 2004, a ONU organizou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, coordenada por militares brasileiros. A presença desses militares no território haitiano colaborou para a criação de laços afetivos entre os países.
- Em 2010, um terremoto devastou o território haitiano, provocando mortes e uma catástrofe de grandes dimensões.
- O Brasil, com a realização de eventos esportivos internacionais (Copa do Mundo e Olimpíadas), tornou-se um polo atrativo por conta da geração de empregos.

No caso da Venezuela, o fluxo migratório tem origem na crise econômica e política que tomou conta do país a partir da morte de Hugo Chávez, presidente entre 1999 e 2013, e que governou de maneira extremamente autoritária.

A fome, a miséria, o desabastecimento geral, a inflação e a ausência de garantias para as liberdades individuais motivaram a saída de venezuelanos em direção ao Brasil. Segundo o Acnur (2021),

no Brasil, o intenso fluxo de refugiados e migrantes venezuelanos observado a partir de 2017 levou a um decreto federal, em fevereiro de 2018, que reconheceu a situação como uma crise humanitária. Entre julho de 2017 e outubro de 2020, mais de 260 mil venezuelanos foram acolhidos no país. E as estimativas mostram que a maioria entrou e se estabeleceu na região norte, em Roraima (50%) e no Amazonas (19%). Roraima é um dos estados mais pobres do Brasil, tendo contribuído com apenas 0,2 por cento do PIB em 2019. É também um dos menores estados do Brasil, com uma população de cerca de 630 mil pessoas em 2020. Após a chegada em grande escala de venezuelanos, a proporção da população venezuelana em Roraima aumentou para representar cerca de 12% da população do estado. Em resposta, o Governo Federal do Brasil, o Acnur, outras agências da ONU e parceiros da sociedade civil no país estão apoiando a gestão em Roraima da crise humanitária. A assistência de emergência é prestada principalmente através da Operação Acolhida, por meio de seus três eixos: ordenamento de fronteira e documentação; fornecimento de assistência humanitária, incluindo abrigo; e interiorização, que envolve a realocação voluntária de venezuelanos. A estratégia de interiorização já realocou cerca de 50 mil venezuelanos de Roraima para outras cidades brasileiras, onde há maiores oportunidades de geração de renda e integração social e econômica.



Figura 35 – A fuga de venezuelanos para o Brasil em razão da miséria e do governo autoritário de Nicolás Maduro criou um problema humanitário de dimensões internacionais

Disponível em: <https://bit.ly/3mGftXv>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Um método bastante interessante para a investigação da dimensão do problema dos movimentos migratórios é a elaboração de um estudo de anamorfose geográfica. Nesse tipo de análise, os países são redesenhados não de acordo com suas dimensões geográficas corretas, mas de maneira deformada, em função de um tema de interesse. Segundo Lima (2020), trata-se de um recurso "de representação cartográfica no qual os limites, aqui dados pelas unidades da Federação, são distorcidos para estabelecer uma relação proporcional entre a área e a quantidade de dados de interesse da geografia". Para facilitar a compreensão dessa metodologia, observe o mapa a seguir, no qual as dimensões geográficas são as comumente utilizadas.

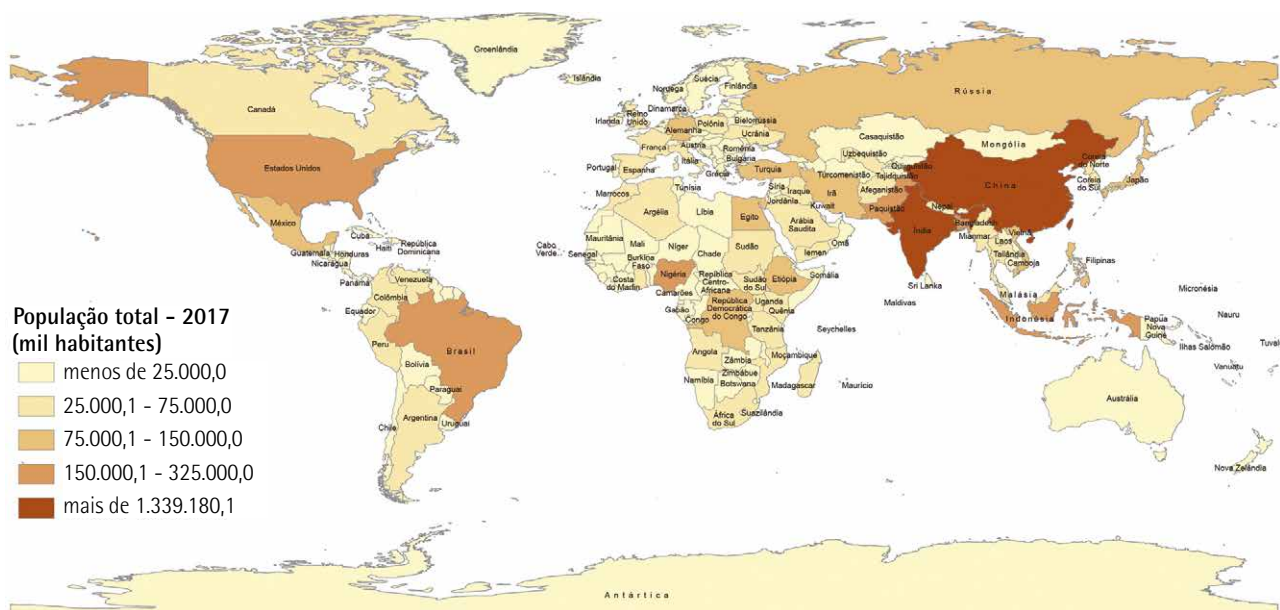


Figura 36 – Mapa segundo as dimensões geográficas corretas

Disponível em: <https://bit.ly/3HcHrCp>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Agora, veja o mapa mundial de acordo com o número de refugiados, por país de origem, em 2015. A análise comparativa dos dois mapas permite que percebamos a dimensão do problema dos refugiados e dos que são forçados a deixar seu lar e seu país "para evitar os efeitos de conflitos armados, situações de violência generalizada, violação de direitos humanos ou desastres naturais ou ocasionados pelo homem e que permaneceram em seus países de origem" (IBGE EDUCA, 2021).

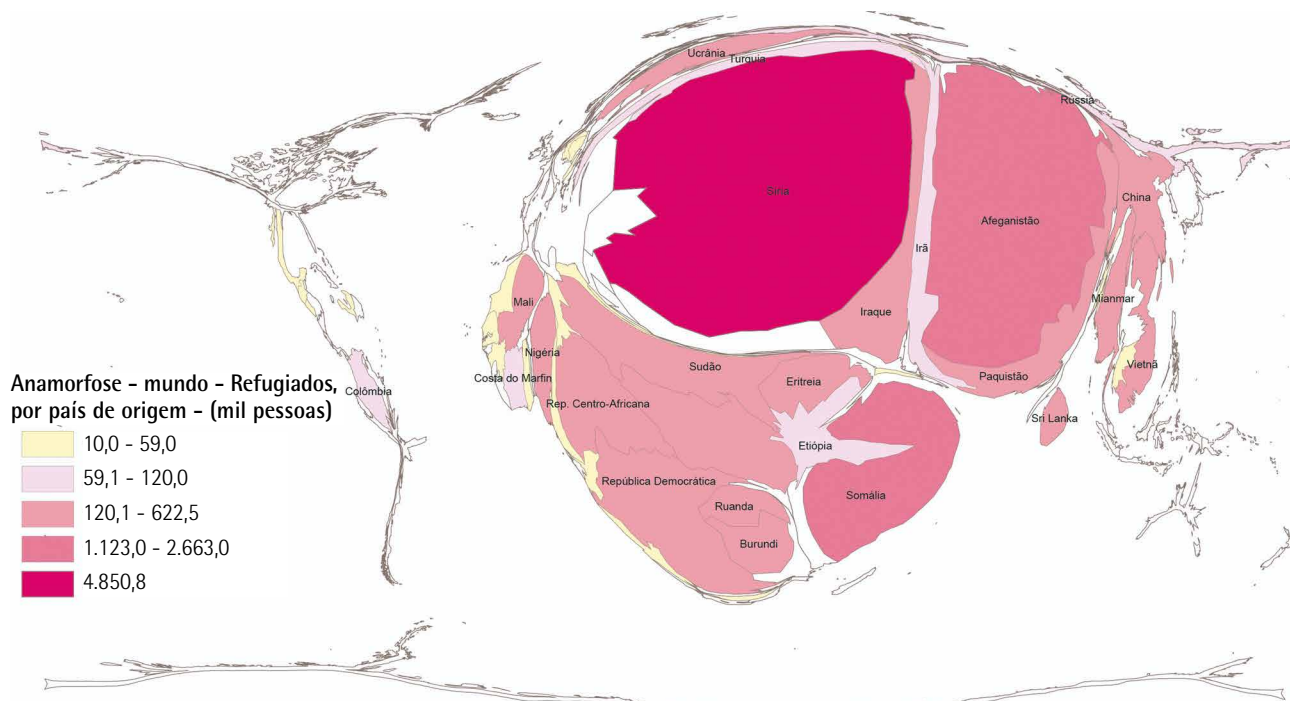


Figura 37 – O mapa mundial por número de refugiados, por país de origem, em 2015

Disponível em: <https://bit.ly/3cKxzIF>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Parece plausível imaginar que todos os países tiveram que se reposicionar em razão do processo de globalização. Por causa de crises econômicas, de crises políticas ou de reposicionamento na configuração tradicional de centro e periferia, as nações viram-se colocadas diante de novos desafios e, para dar conta deles, agiram de forma bastante particular. No próximo tópico, veremos como o Brasil tem se movimentado no cenário da globalização e qual é o papel que cumpre nessa nova ordem internacional.

### 6.2 O Brasil na nova ordem internacional

Historicamente, o Brasil sempre se situou na periferia mundial, apesar de todos os esforços de industrialização e crescimento. Fomos, somos e, provavelmente, seremos por muito tempo um país exportador de matérias-primas. Nossas empresas e indústrias sempre tiveram que lutar com intensidade para fazer frente à concorrência internacional e conquistar parcelas significativas do mercado. Como, então, podemos identificar a posição do Brasil nos termos de uma nova ordem internacional?

Vamos iniciar nossa análise com os indicadores do crescimento quantitativo do país. No gráfico a seguir, temos o crescimento do PIB, da população e da renda *per capita* no Brasil, entre 1822 e 2022 (por meio de projeções). Uma das informações mais importantes é que o PIB cresceu nesse período.

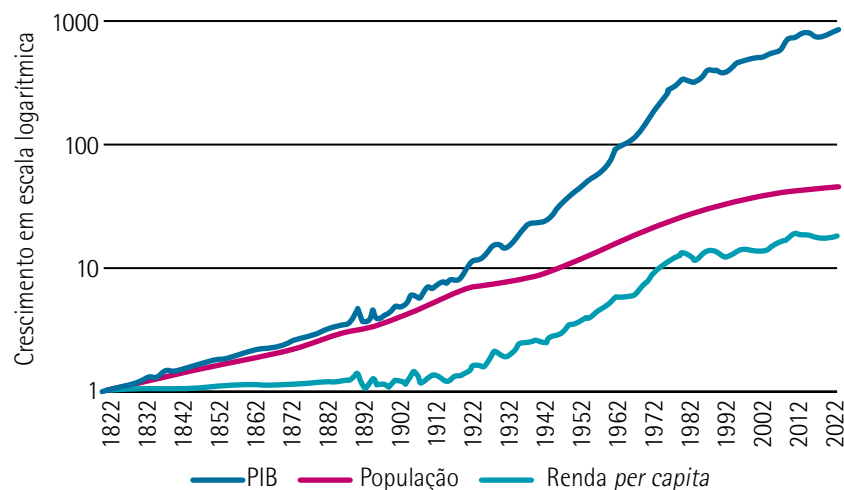


Figura 38 – Crescimento do PIB, da população e da renda *per capita* no Brasil (1822-2022, previsão)

Adaptada de: <https://bit.ly/2YBPmYJ>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Como é possível verificar, o PIB aumentou mais do que a população, o que invalida a hipótese de que houve mais gente para dividir a renda gerada. Vejamos o gráfico a seguir, no qual estão comparados o crescimento do PIB e da renda *per capita* no Brasil. Segundo Alves (2017), os dados mostram que a distância entre o PIB e a renda *per capita* aumentou a partir de 2017, o que nos permite considerar a possibilidade de uma maior concentração de renda a partir desse momento.

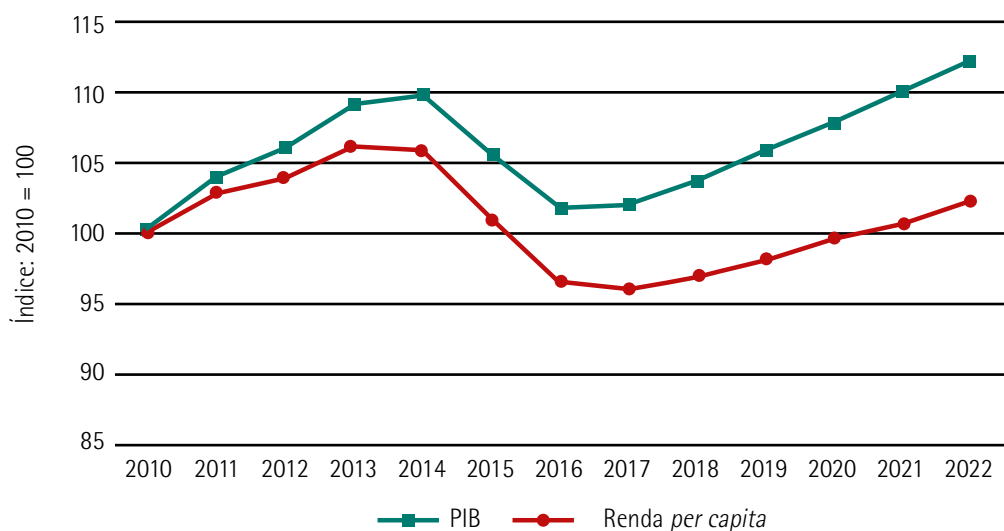


Figura 39 – Crescimento do PIB e da renda *per capita* no Brasil (2010-2022, previsão)

Adaptada de: <https://bit.ly/3ksWgam>. Acesso em: 12 nov. 2021.



Observemos agora os indicadores de desenvolvimento humano do país. Como já vimos, o IDH não se limita a medir o crescimento quantitativo da economia do país por meio do aumento do PIB, mas busca mensurar o desempenho da nação em termos de desenvolvimento humano. Dividamos a nossa análise em dois períodos, ambos referentes ao século XXI. Observe o gráfico a seguir, que mostra o comportamento do IDH brasileiro desde o final do século XX até os primeiros anos do século XXI.

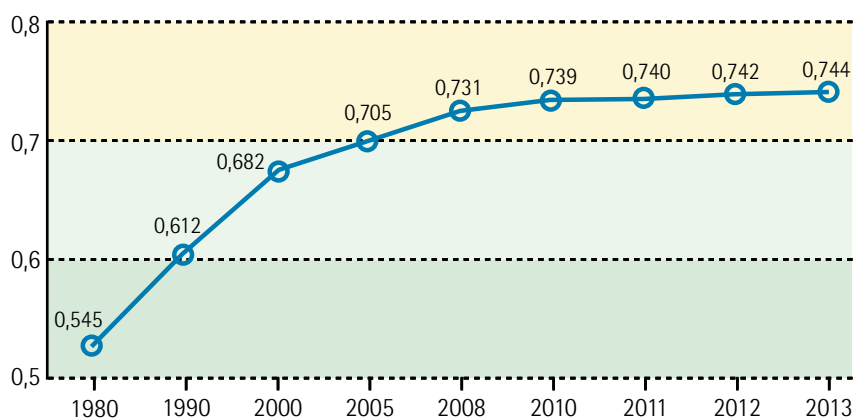


Figura 40 – Evolução do IDH do Brasil entre 1980 e 2013

Adaptada de: Senado Federal (2015).

Com referência ao primeiro período, é possível perceber que o IDH cresceu entre 1980 e 2013, embora esse movimento tenha perdido força a partir de 2010. Em outras palavras, o IDH continuou crescendo, mas a taxas menores. Podemos explicar esse fenômeno por meio de alguns aspectos importantes da história brasileira:

- Com o Plano Real, o Brasil conseguiu finalmente controlar a inflação que minava a economia e a sociedade desde o final da década de 1970. Em particular, é preciso lembrar que, de forma geral, a inflação sempre penalizou mais intensamente as classes mais vulneráveis do ponto de vista social. Um aumento no preço da passagem de ônibus pesa mais para famílias que ganham até um salário mínimo do que para famílias que ganham dez salários mínimos.
- O crescimento da economia chinesa e a relativa tranquilidade do quadro financeiro internacional (pelo menos até a crise de 2008) fizeram com que o Brasil se visse diante de inúmeras possibilidades de expansão e diversificação da pauta de exportações, o que favoreceu o fortalecimento da economia.
- A partir do final da década de 1990, os governos que se sucederam (dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso e dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva) buscaram priorizar programas de distribuição de renda, como o Programa Fome Zero e o Bolsa Família. Além disso, outras medidas (estabelecimento de cotas para as universidades públicas e programas de crédito para o Ensino Superior) colaboraram para que um contingente expressivo de profissionais com capacitação pudesse encontrar uma posição no mercado de trabalho.

O segundo período refere-se aos anos entre 2014 e 2019. Nesse período, o comportamento do IDH sofreu os efeitos da crise de 2008, da desaceleração do crescimento da economia chinesa e da deterioração do quadro político brasileiro. Pior: mesmo com os sucessivos aumentos do IDH, os problemas estruturais da desigualdade social no Brasil mantiveram-se.



## Saiba mais

Sugerimos que você consulte o seguinte texto:

PNUD BRASIL. Relatório Anual 2019. *Pnud Brasil*, 3 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wDB0U6>. Acesso em: 12 nov. 2021.



## Observação

Em 2020, estava prevista a realização do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que ocorre a cada 10 anos. Por causa da pandemia, o censo foi adiado para 2021, mas até o momento não há previsão orçamentária do governo para realizar a pesquisa.

Outra abordagem permite que identifiquemos o crescimento do Brasil em relação ao crescimento de outros países. No caso do Brasil, vale a pena observar que os dados referentes ao PIB brasileiro em séries temporais mostram algumas repercussões da crise de 2008 na economia do país (ALVES, 2017).

Veja no gráfico a seguir, por exemplo, como a participação do PIB brasileiro no PIB mundial caiu significativamente a partir de 2008, a data da crise de *subprime* nos Estados Unidos.

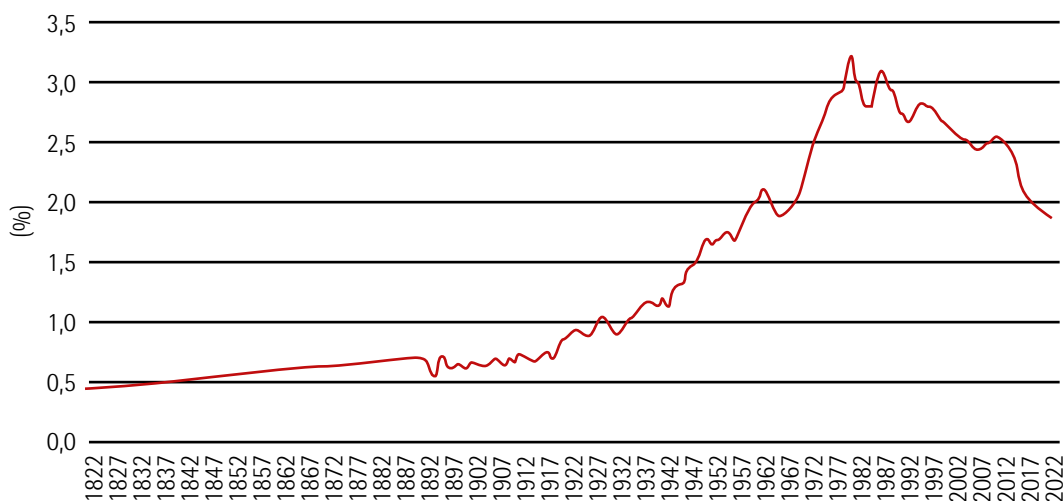


Figura 41 – Participação percentual do PIB brasileiro no PIB mundial (1822-2022, previsão)

Adaptada de: <https://bit.ly/2YKmfCE>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Esse é mais um dos argumentos que prova que, independentemente dos supostos benefícios da globalização, o Brasil continua sendo um país que luta contra as limitações para o seu crescimento e desenvolvimento, fenômeno esse que impede corrigir as imensas desigualdades sociais existentes no país. Vejamos, por exemplo, o cálculo da expectativa de vida em diferentes regiões, por unidade da Federação. Segundo dados disponíveis, em 2017 a média de expectativa de vida no Brasil era de 76 anos. No entanto, caso procuremos ir além da média (que, como vimos, muitas vezes mascara a realidade), naquele ano, uma criança nascida no Maranhão tinha a expectativa de viver 70,9 anos, enquanto a expectativa de uma criança nascida em Santa Catarina era de 79,4 anos. No gráfico a seguir, vemos a esperança de vida ao nascer, em 2017, por unidade da Federação.

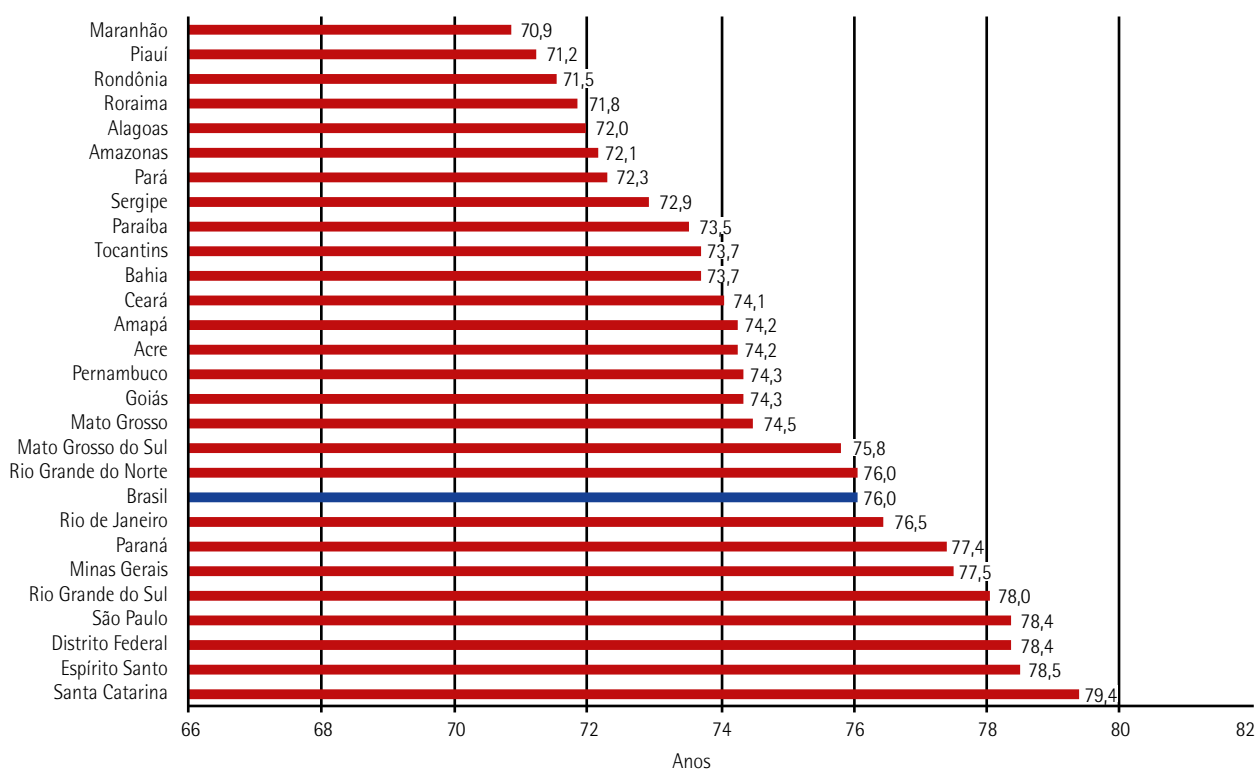


Figura 42 – Esperança de vida ao nascer por unidade da Federação (2017)

Adaptada de: <https://bit.ly/30o8g6b>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Nesse contexto, cabe a pergunta: quais os motivos para o Brasil não ter, aparentemente, se beneficiado com o processo de globalização? Para responder a essa questão, discutamos alguns aspectos relacionados à divisão internacional do trabalho.

A noção de divisão internacional do trabalho parte do princípio de que, no cenário mundial, cada país dá conta – ou se apropria – de uma parte das atividades produtivas. Assim, países mais desenvolvidos fabricam produtos com elevados níveis de tecnologia, ou agregam tecnologia a matérias-primas compradas de outros países. Em contrapartida, aos países menos desenvolvidos, com menor capacidade de inovação, é atribuída a tarefa de fornecer essas matérias-primas por meio da exportação de alimentos e minérios.

Tal divisão internacional de trabalho não é nova, pelo menos no caso do Brasil. Desde a exploração colonial, o país tem se conformado à "tradição natural" de exportar commodities, colocando-se, assim, em situação de subordinação aos interesses do mercado internacional. Evidentemente, isso não equivale a dizer que as atividades produtivas no Brasil mantiveram as mesmas características primitivas e atrasadas do período da colonização. No entanto, conforme lembra Pereira (2010, p. 350-352),

essa modernização e esse desenvolvimento das forças produtivas (realizada muitas vezes por capitais externos) não são acompanhados de uma melhora significativa das condições de vida para a maior parte da população, e muitas vezes não suprem as necessidades mais essenciais de grande parte da sociedade brasileira, que, por sua vez, conhece um processo acelerado de urbanização, uma concentração dos meios de produção, o aumento da escassez e da pobreza (no campo e nas cidades) e uma ampliação sem tamanho da desigualdade e da diferença no consumo de bens e serviços, sobretudo nos maiores centros urbanos. A ação de grupos econômicos estrangeiros na atividade agrícola moderna (no mais das vezes, com amplo apoio do poder público) impulsionou a produção de grãos e derivados, tornando o Brasil um dos principais produtores mundiais desses gêneros. No entanto, os circuitos produtivos das principais commodities agrícolas estão sob o comando exclusivo de grupos econômicos internacionais (Cargill, Bunge, ADM, Monsanto etc.) ou de alguns poucos grupos nacionais que praticam as mesmas lógicas globais de produção (como é o caso do Grupo André Maggi). A ação desses grupos hegemônicos no Brasil tem ocasionado importante reordenação do território no interior do país, com o surgimento de novos fronts agrícolas nos cerrados de Mato Grosso, Bahia, Piauí, Maranhão e mesmo na Amazônia, ou com o surgimento das modernas "cidades do campo" [...]. Regiões produtivas modernas (extremamente especializadas) e muito funcionais às demandas externas se constituem no interior do país, mas, por esse mesmo motivo, são muito vulneráveis às demandas do mercado internacional.

Em razão desse cenário, propomos uma reflexão: será que o Brasil, em termos de política externa, tem alguma importância num mundo tão marcado pelas diferenças entre países industrializados e em desenvolvimento? Segundo Sato (2020), o olhar em direção à vizinhança foi um marco da política externa brasileira a partir da década de 1980. No caso da vizinhança geográfica, isso resultou no incentivo às relações comerciais com outros países da América Latina por meio da criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Embora o objetivo fosse repetir o sucesso da União Europeia, o bloco, até hoje, representa muito mais um conjunto de intenções do que de resultados concretos, o que não é muito difícil de explicar: os dois países mais desenvolvidos da região – Brasil e Argentina – estão muito mais preocupados em se refazer economicamente depois de um longo período de recessão e inflação do que em fazer concessões em prol de objetivos regionais.

O olhar da política internacional brasileira se voltou não apenas para a vizinhança geográfica, mas também para os países da África (com os quais compartilhamos muitas heranças históricas e culturais) e

os demais países em desenvolvimento. Por conta disso, o Brasil, a partir do início do século XXI, fortaleceu laços com a China, a Rússia, a Índia e a África do Sul, todos eles países que haviam apresentado taxas de crescimento superiores à média mundial. Segundo o Brics Brasil (2019),

o Brics é o agrupamento formado por cinco grandes países emergentes – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – que, juntos, representam cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial. O acrônimo Bric foi cunhado em 2001 pelo banco de investimentos Goldman Sachs, para indicar as potências emergentes que formariam, com os Estados Unidos, as cinco maiores economias do mundo no século XXI. Em 2006, os países do Bric deram início ao diálogo que, desde 2009, tem lugar nos encontros anuais de chefes de Estado e de Governo. Em 2011, com o ingresso da África do Sul, o Brics alcançou sua composição definitiva, incorporando um país do continente africano.

A partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (entre 2003 e 2011), o Brasil procurou atuar de forma mais ativa no que presumia ser o jogo de poder no cenário mundial (SATO, 2020). Com vistas a conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o governo brasileiro expandiu a rede de representações diplomáticas no Caribe e na África. Segundo Sato (2020, p. 79), um dos argumentos do governo brasileiro

era o de que sua participação no Conselho de Segurança da ONU seria vista pelas potências como um reforço para os objetivos centrais da ONU, que eram o de promover a paz e o entendimento pacífico entre as nações. O argumento considerava que a longa tradição diplomática brasileira seria uma forte credencial para qualificar o país para um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Essa tradição apontava para uma história do país predominantemente pacífica em relação à convivência com seus vizinhos e apontava também para a índole e a competência da diplomacia brasileira, marcada pela preferência permanente pela solução pacífica das controvérsias e pela ênfase no desenvolvimento da capacidade de negociação.



### Observação

Vale a pena lembrar que, até o momento, o desejo do Brasil de ter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU ainda não se concretizou.

Outras iniciativas do governo brasileiro em termos de política externa marcaram esse período:

- a colaboração com as forças de paz da ONU, enviando tropas para países como Haiti (a respeito do qual falamos anteriormente), Sudão, Chipre e Líbano;

- um investimento expressivo na construção de um grande potencial de *soft power*, em especial com a iniciativa brasileira de receber dois eventos esportivos de dimensões mundiais: a Copa do Mundo, em 2014, e a Olimpíada, em 2016 (ambos os eventos foram organizados com o objetivo de mostrar o potencial brasileiro de realizar e concretizar projetos de envergadura e de captar recursos estrangeiros para investir nas áreas de informação e de tecnologia).



Figura 43 – O *soft power* configura-se como a capacidade de um país exercer influência internacional por meio da cultura, da diplomacia ou de outras ações políticas que atraem as atenções mundiais e se materializam em resultados positivos para o país que o detém

Disponível em: <https://bit.ly/3blKKmh>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Se a posição periférica do Brasil no cenário mundial pouco mudou, embora sejam notáveis os esforços da política internacional brasileira de marcar presença e se fazer ouvir, falta analisarmos o quanto as condições de trabalho no país se transformaram (para pior ou melhor) com a globalização, nosso próximo assunto.

## 7 SOCIEDADE E TRABALHO

Neste tópico, discutiremos as transformações no mundo do trabalho decorrentes da globalização e refletiremos sobre a precarização das condições de trabalho, o desemprego estrutural e a informalidade como características permanentes do cenário brasileiro.

### 7.1 Transformações no mundo do trabalho: a precarização do trabalho

Na escravidão, o homem era uma mercadoria. Na servidão, típico regime de trabalho do período feudal, o servo devia obrigações e submissão ao dono da terra. No capitalismo, entretanto, o trabalho é uma mercadoria, vendida pelo trabalhador ao preço, supostamente, negociado entre ele e o dono da empresa. Esse valor, que corresponde ao salário, deve ser o suficiente para a subsistência do trabalhador



e de sua família. Dessa forma, o emprego assalariado é um fenômeno típico do capitalismo. Aliás, de acordo com Karl Marx, outra característica importante do trabalho sob a ótica capitalista é que ele faz parte de um contexto em que há uma classe social detentora dos meios de produção (capital, máquinas e equipamentos) e outra que tem apenas a sua força de trabalho para vender. A classe dos capitalistas compra a força de trabalho do operário e produz mercadorias que serão vendidas no mercado.



### Lembrete

Anteriormente, discutimos essas ideias de Marx com mais detalhe. Caso tenha dúvidas, retorne à primeira unidade do livro-texto.

O trabalho é um fenômeno social. Trabalhamos porque nossa sobrevivência depende do trabalho. Interagimos socialmente porque essa estratégia permite que dividamos o trabalho e obtenhamos o máximo em termos da produção dos bens e serviços necessários para a nossa manutenção.

A divisão do trabalho requer a especialização e, quanto mais complexa for uma sociedade, maior será a divisão de trabalho nela realizada, já que maior será a necessidade de laços de solidariedade entre os indivíduos. Assim, o grupo divide o trabalho entre seus membros por meio da cooperação. Em resultado, o trabalho se torna fonte de coesão social.

O necessário aumento da produção para atender aos interesses do capitalismo fez surgir, nas primeiras décadas do século XX, uma concepção de produção baseada na superespecialização e na organização do trabalho numa escala em que cada um seria responsável por uma pequena e ínfima parcela do processo. Henry Ford foi um dos primeiros a criar esse modelo, que por isso recebeu o nome de fordismo.



### Observação

O fordismo também recebe a denominação de taylorismo, por ter sido Frederick Taylor (1856-1915) o administrador que buscou conferir cientificidade ao modelo de produção em escala.

O modelo fordista e taylorista foi copiado, posteriormente, pelas indústrias de todos os segmentos de produção. Faziam parte do esquema o rigoroso controle do tempo de produção, a fragmentação do trabalho na linha de produção, a rígida hierarquia organizacional e a verticalização da produção (ou seja, a fábrica encarregava-se de produzir todas as peças e distribuir os produtos). A proposta era conseguir escala e diminuir os custos.



Figura 44 – A linha de produção de carros, de inspiração fordista, tem o objetivo de diminuir custos e estabelecer linhas de montagem que alcancem níveis máximos de produtividade

Disponível em: <https://bit.ly/3GM59Wc>. Acesso em: 12 nov. 2021.

As bases do taylorismo e do fordismo entraram em crise na década de 1970: a queda da taxa de lucro, o aumento da competitividade em cada setor industrial e as taxas de inflação fizeram com que o desemprego aumentasse e o crescimento industrial sofresse retração. Dessa forma, tornou-se urgente que as empresas buscassem maximizar os lucros por meio de outros modelos de gestão de estoques e processos produtivos.

O modelo que buscou atender às necessidades desse contexto foi o toyotismo, conjunto de princípios adotados pela Toyota, no Japão, após o fim da Segunda Guerra Mundial. O toyotismo defendeu valores bem diferentes dos que vigoravam até então:

- A equipe deveria trabalhar em conjunto para construir a imagem da empresa e garantir a qualidade dos produtos.
- Os trabalhadores deveriam se adaptar às necessidades da empresa, desenvolvendo, assim, competências plurais.
- As indústrias deveriam atender às necessidades específicas dos consumidores, criando nichos de mercado e segmentando a produção.
- A produção deveria ser horizontalizada (ou seja, com terceirização ou subcontratação de outras empresas), e a indústria deveria focalizar aquilo que era mais importante: a fabricação de mercadorias.

O modelo toyotista inaugurou o processo de terceirização e, portanto, de precarização do trabalho. Vejamos o seguinte exemplo. Uma empresa fabrica móveis. Portanto, ela deve centrar-se naquilo que é a razão de ser do seu trabalho, a fabricação de móveis. Todas as demais atividades (limpeza, segurança, suporte à informatização, alimentação e transporte, por exemplo) deverão ser transferidas

para outras empresas – que se encarregarão de contratar seus próprios funcionários –, ou seja, deverão ser terceirizadas.

É fácil perceber como o trabalhador foi prejudicado pela terceirização. Imagine que um vigia recebesse dois salários mínimos para trabalhar na segurança da empresa. Tendo que ser contratado por uma empresa de segurança, é obvio que ele ganhará menos, já que a empresa precisará retirar o seu lucro de algum fator de produção. Assim, para os trabalhadores, isso representa queda no salário, já que as empresas que contratarão funcionários (para limpeza ou segurança, como no nosso exemplo) terão que diminuir a remuneração de trabalho para garantir a sua taxa de lucro.

Cabe mencionar, entretanto, que não foi apenas o toyotismo o responsável pelo processo de piora nas condições de trabalho. O crescimento econômico da China também incentivou mudanças importantes nas relações de trabalho, uma vez que o modelo chinês não inclui direitos trabalhistas nem qualquer esquema de proteção ao trabalhador. Ao contrário, espera-se que o trabalhador dê tudo de si para que a empresa cresça e ele possa manter seu posto, mesmo que para isso tenha que lidar com longas jornadas de trabalho.



### Saiba mais

Sugerimos que você assista ao documentário *Indústria americana*, que mostra as dificuldades relacionadas à interação cultural e ao ambiente organizacional quando uma empresa chinesa resolve abrir uma indústria nos Estados Unidos.

INDÚSTRIA americana. Direção: Steven Bognar e Julia Reichert. Estados Unidos: Higher Ground Productions; Participant Media, 2019. 110 min.



Figura 45 – A precarização do trabalho é um dos problemas mais urgentes do mundo contemporâneo. Ela envolve diminuição de salários, aumento da jornada de trabalho e piora nas condições de segurança do trabalhador

Disponível em: <https://bit.ly/3BI2EQX>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Deve-se também levar em conta que a revolução tecnológica mudou o contexto do trabalho. Ela não apenas incentivou o aumento da competição entre setores e mercados, mas também provocou profundas transformações na produção e no sistema econômico. A jornada de trabalho extrapolou os limites das empresas. O celular e o e-mail colocaram o trabalhador à disposição da empresa 24 horas por dia, sete dias por semana. O trabalho precarizou-se ainda mais, fazendo surgir o fenômeno da uberização, processo que deve o seu nome à empresa de transporte Uber, na qual não há um empregador aparente, mas apenas um trabalhador que, em razão do seu empreendedorismo, irá trabalhar quantas horas desejar.

É óbvio que há um equívoco muito grande na caracterização da uberização como fenômeno empreendedor. Os motoristas dependem do dono do aplicativo para trabalhar e, dado o baixo valor de remuneração do seu trabalho, acabam por se submeter a jornadas longas e sem qualquer proteção trabalhista ou individual. Dessa forma, o processo de uberização constitui-se pela eliminação dos direitos do trabalhador, bem como pela manutenção da situação de subordinação.

Tal fenômeno tornou-se evidente com a atuação da companhia Uber no mundo, a qual hoje conta com uma multidão de milhões de motoristas autônomos e milhões de consumidores online. Mas em realidade já está presente em diversos setores econômicos e é uma possibilidade para diversas ocupações. Advogados, médicos, professores, operários da construção civil, caminhoneiros, trabalhadores do setor de limpeza, fisioterapeutas, motofretistas são algumas das categorias profissionais que já estão fortemente uberizadas. [...] A uberização deixa clara a informalidade não como excrescência, mas como forte tendência das relações de trabalho, quando há uma combinação perversa (MARQUES *et al.*, 2018, p. 12).



Figura 46 – A uberização, ou seja, a precarização das condições de trabalho, acabou por atingir todo e qualquer trabalho no qual há flexibilidade de horário e jornada. Nesse modelo de relação de trabalho, supostamente, o trabalhador pode decidir o quanto e como quer trabalhar. Atribui-se o caráter empreendedor à inexistência de quaisquer garantias trabalhistas e às remunerações cada vez mais baixas

Disponível em: <https://bit.ly/2ZPsWDj>. Acesso em: 12 nov. 2021.

### 7.2 Desemprego estrutural, trabalho infantil, trabalho forçado e informalidade

A precarização do trabalho não é a única herança do processo de globalização no cenário do trabalho. Em especial nos países em desenvolvimento, o desemprego estrutural, a informalidade, o trabalho infantil e o trabalho escravo são problemas que permanecem e ainda requerem soluções urgentes.

No contexto do século XIX, Marx desenvolveu a ideia de exército industrial de reserva. O significado por trás desse conceito era o seguinte: fazia parte da própria estrutura do capitalismo que houvesse sempre um contingente de pessoas sem emprego, e que estivesse disposto a trabalhar fosse qual fosse o salário. Em outras palavras, para o capitalismo não era vantajoso que houvesse emprego para todos. Se isso acontecesse, caso algum trabalhador não gostasse das condições de trabalho numa empresa, conseguiria facilmente encontrar emprego em outro lugar. O fato de haver um contingente de desempregados, portanto, era uma garantia para o sistema de que não faltariam trabalhadores, jamais.

No contexto do século XXI, o fenômeno do desemprego assume diferentes características em razão de situações distintas. Por exemplo, o desemprego sazonal decorre de circunstâncias específicas do tipo de trabalho realizado. Caso os trabalhadores atuem na colheita de um produto agrícola, sua força de trabalho será necessária apenas por determinado período de tempo.

Outro tipo de desemprego é o conjuntural, ou seja, que depende da conjuntura econômica. Se observarmos o cenário do mercado de trabalho resultante da pandemia do coronavírus, veremos que muitos trabalhadores perderam seu emprego por causa da crise econômica, que se supõe ser temporária, conjuntural. É possível que, terminada a pandemia, a atividade econômica retome sua intensidade e os postos de trabalho sejam colocados à disposição dos trabalhadores.

Há também o desemprego natural, que ocorre por diferenças entre as necessidades do mercado e a qualificação do trabalhador. Em outras palavras, o desemprego de pessoas que não possuem as habilidades necessárias para momentos específicos é chamado de desemprego natural. Ainda tomando como base o exemplo anterior, da pandemia, é possível observarmos que certas características passaram a ser demandadas dos empregados pela mudança de circunstâncias. Tornaram-se cruciais as competências relacionadas ao home office, ao manuseio de tecnologia de comunicação, à capacidade de organização do trabalho independentemente da supervisão de outros etc. Talvez, depois de terminada a pandemia, essas competências deixem de ter a importância que têm agora.

O tipo de desemprego mais complexo em termos do panorama do capitalismo é o estrutural, já que ele decorre de estruturas que, dificilmente, podem ser modificadas com rapidez. Vamos imaginar a seguinte situação. Já falamos em momentos anteriores sobre o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho. Pelas necessidades do capitalismo internacional, ficamos com a tarefa de produzir e exportar commodities. Esse processo, ao longo das primeiras décadas do século XXI, resultou na desindustrialização. Passamos a importar cada vez mais mercadorias (em vez de produzi-las internamente), o que levou as indústrias locais a demitir grande parte de seus trabalhadores. Essa mão de obra dispensada não conseguiu – e não conseguirá – trabalho de forma automática. Não é fácil (às vezes, é impossível) transferir trabalhadores e operários qualificados para o setor de serviços ou para o setor de produção de

produtos agrícolas. Assim, cria-se um desemprego que é estrutural, que ocorre por mudanças estruturais do sistema econômico. Outro exemplo é o emprego no setor de serviços, que há algumas décadas não exigia qualquer tipo de capacitação; hoje, é difícil encontrar algum posto de trabalho que não exija alfabetização digital.

O desemprego estrutural é uma das características mais marcantes do sistema capitalista. No entanto, há outros problemas cuja dimensão se sobrepõe, inclusive, ao desemprego estrutural. Um deles está relacionado ao trabalho infantil, em especial nos países em desenvolvimento. Tornou-se comum encontrar crianças trabalhando na agricultura, no ambiente doméstico e nas fábricas com uso intensivo de mão de obra. Tal fenômeno é preocupante não apenas por submeter crianças ao trabalho insalubre e sem qualquer rede de proteção, mas também porque retira a criança da escola, interrompendo seu processo de formação escolar. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), hoje o trabalho infantil atinge mais de 150 milhões de crianças no mundo. Veja, a seguir, os números e os fatos apresentados pela OIT.

### Trabalho infantil

O trabalho infantil é ilegal e priva crianças e adolescentes de uma infância normal, impedindo-os não só de frequentar a escola e estudar normalmente, mas também de desenvolver de maneira saudável todas as suas capacidades e habilidades. Antes de tudo, o trabalho infantil é uma grave violação dos direitos humanos e dos direitos e princípios fundamentais no trabalho, representando uma das principais antíteses do trabalho decente.

O trabalho infantil é causa e efeito da pobreza e da ausência de oportunidades para desenvolver capacidades. Ele impacta o nível de desenvolvimento das nações e, muitas vezes, leva ao trabalho forçado na vida adulta. Por todas essas razões, a eliminação do trabalho infantil é uma das prioridades da OIT.

### Fatos e números globais

Em 2020, 160 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos foram vítimas de trabalho infantil no mundo (97 milhões de meninos e 63 milhões de meninas).

Quase metade dessas crianças e desses adolescentes (79 milhões) realizava formas perigosas de trabalho, colocando em risco sua saúde, segurança e desenvolvimento moral.

A maior parte do trabalho infantil – tanto para meninos quanto para meninas – continua a ocorrer na agricultura. De fato, 70% de todas as crianças e adolescentes em trabalho infantil (112 milhões) estão na agricultura.

O progresso global contra o trabalho infantil estagnou desde 2016. A porcentagem de crianças e adolescentes no trabalho infantil permaneceu inalterada ao longo dos últimos quatro anos, enquanto o número absoluto aumentou em mais de 8 milhões.



A crise da covid-19 ameaça piorar ainda mais o progresso global contra o trabalho infantil, a menos que medidas urgentes de mitigação sejam tomadas. Novas análises sugerem que mais de 8,9 milhões de crianças e adolescentes estarão em trabalho infantil até o final de 2022, como resultado de uma pobreza crescente impulsionada pela pandemia.

### Fatos e números no Brasil

Em 2019, havia 38,3 milhões de pessoas entre 5 e 17 anos de idade no país, das quais 1,8 milhão estavam em situação de trabalho infantil (4,6%). Desse total, 706 mil estavam ocupadas nas piores formas de trabalho infantil.

Do total de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, 1,3 milhão estavam em atividades econômicas e 436 mil em atividades para consumo próprio.

Entre as pessoas de 16 a 17 anos de idade que realizaram atividades econômicas, estima-se um contingente de 772 mil em ocupações informais, o que significa uma taxa de informalidade de 74,1% nesse grupo etário.

Adaptado de: OIT (2021).



Figura 47 – A eliminação do trabalho infantil é uma das prioridades da OIT

Disponível em: <https://bit.ly/3bHfunG>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Outro problema de grande dimensão é o trabalho forçado, em geral associado a práticas de escravidão. Nessa condição, o trabalhador não tem liberdade para se negar a trabalhar ou é submetido a condições degradantes e sem quaisquer direitos, inclusive os de remuneração.



### Observação

Um dos fenômenos cada vez mais frequentes é o tráfico de pessoas. Nesse contexto, pessoas vulneráveis economicamente ficam à mercê do aliciamento; são enganadas com promessas de remuneração e trabalho e, depois, deparam-se com condições degradantes de trabalho, inclusive sendo exploradas sexualmente.

O fenômeno do trabalho forçado é mais frequente nos países em que setores da população estão em situação de vulnerabilidade econômica. Quanto mais vulnerável for a situação econômica do indivíduo, mais propenso ele estará a aceitar trabalhos sem remuneração ou sem qualquer recompensa financeira. Nessas situações, o trabalhador troca a sua força de trabalho por abrigo, segurança ou alimentação, o que caracteriza a ausência de remuneração salarial. Apesar da rigorosa vigilância e punição, o trabalho forçado é mais comum do que se imagina. As instituições internacionais preconizam e defendem rigorosos programas de prevenção ao trabalho forçado e assistência às vítimas.

### Trabalho forçado

O trabalho forçado é um fenômeno global e dinâmico, que pode assumir diversas formas, incluindo a servidão por dívidas, o tráfico de pessoas e outras formas de escravidão moderna. Ele está presente em todas as regiões do mundo e em todos os tipos de economia, até mesmo nas de países desenvolvidos e em cadeias produtivas de grandes e modernas empresas atuantes no mercado internacional. Acabar com o problema exige não só o comprometimento das autoridades governamentais como também um engajamento multifacetado de trabalhadores, empregadores, organismos internacionais e sociedade civil.

### Fatos e números globais

Mais de 40 milhões de pessoas foram vítimas da escravidão moderna em 2016, sendo que 71% eram mulheres e meninas.

Desse total, cerca de 25 milhões de pessoas foram submetidas a trabalho forçado e 15,4 milhões foram forçadas a se casar.

Das 24,9 milhões de pessoas submetidas a trabalho forçado, 16 milhões foram exploradas no setor privado (por exemplo, trabalho doméstico, construção ou agricultura), 4,8 milhões sofreram exploração sexual forçada, e 4 milhões estavam em situação de trabalho forçado imposto por autoridades governamentais.

As mulheres representam 99% das vítimas do trabalho forçado na indústria comercial do sexo e 84% nos casamentos forçados.

Uma em cada quatro vítimas da escravidão moderna é criança.

Os trabalhadores migrantes e os povos indígenas são particularmente vulneráveis ao trabalho forçado.

### Fatos e números do Brasil

Entre 1995 e 2015, foram libertados 49.816 trabalhadores que estavam em situação análoga à escravidão no Brasil.

Os trabalhadores libertados são, em sua maioria, migrantes internos ou externos, que deixaram sua casa para a região de expansão agropecuária ou para grandes centros urbanos, em busca de novas oportunidades ou atraídos por falsas promessas.

95% dos trabalhadores libertados são homens, 83% têm entre 18 e 44 anos de idade, e 33% são analfabetos.

Os 10 municípios com maior número de casos de trabalho escravo do Brasil estão na Amazônia, sendo 8 deles no Pará.

Tradicionalmente, a pecuária bovina é o setor com mais casos no país. No entanto, há cerca de 10 anos intensificaram-se as operações de fiscalização em centros urbanos, até que em 2013, pela primeira vez, a maioria dos casos ocorreu em ambiente urbano, principalmente em setores como a construção civil e o de confecções.

Adaptado de: OIT (s.d.).

Finalmente, é importante refletirmos sobre a informalidade, outra característica intensificada nos últimos anos. A primeira dificuldade com a qual nos defrontamos diz respeito aos inúmeros conceitos sobre a informalidade que têm convivido indistintamente no meio acadêmico, em especial no que diz respeito às diferenças entre o trabalho por conta própria e a informalidade (SANTIAGO; VASCONCELOS, 2017).

Para a OIT, a informalidade é caracterizada pela ausência de sistemas formais. Do ponto de vista legal ou prático, a informalidade ocorre quando os trabalhadores e as unidades produtoras não estão inseridos em um sistema formal (SANTIAGO; VASCONCELOS, 2017). Em 2003, a OIT sugeriu novas formas de caracterizar o emprego no setor informal por meio da inclusão da questão da economia informal e da definição de trabalho informal.

Ficou estabelecido que, quando se trata do setor informal, parte-se da perspectiva de unidade produtiva, enquanto o emprego informal está associado a postos de trabalho. Dessa forma, segundo a 17ª Ciet, as modalidades de inserção no trabalho que se constituem em emprego

informal são: trabalhadores por conta própria e empregadores proprietários de unidades produtivas no setor informal, trabalhadores em ajuda a membro do domicílio e assalariados (se a relação de trabalho não está sujeita à legislação trabalhista nacional e à proteção social), membros de cooperativas de produtores informais e trabalhadores que produzem bens prioritariamente para o próprio uso (MARQUES *et al.*, 2018, p. 8-9).

Embora o número de trabalhadores informais tenha caído na primeira década do século XX, a informalidade ainda está presente na estrutura econômica do Brasil, inclusive por conta de fatores a respeito dos quais já conversamos (crescimento econômico com desigual distribuição da riqueza, descontinuidade de políticas públicas de transferência de renda e de apoio a grupos vulneráveis etc.).

Em razão desse cenário, também é esperado que o setor público seja capaz de enfrentar

o racismo institucional e outras formas de opressão que mantêm os trabalhadores e, principalmente, as trabalhadoras negras, sem a devida proteção social e com piores condições de vida, em função da maior incidência nessa população do trabalho informal e precário. [...] Oscilando entre empregos com carteira mal remunerados e empregos sem carteira, entre desemprego e pequeno comércio de rua, entre cooperativas, empregos temporários, terceirizados e até clandestinos e/ou ilícitos, empreendimentos familiares, a combinação de diferentes ocupações – algumas que podem nem mesmo ser reconhecidas como trabalho – trabalhadores/as seguem itinerários ocupacionais que se distanciam da figura padrão do assalariamento fortemente calcada nos elementos que sustentam o trabalho formal. Além de apresentar uma realidade que é distante das categorias estanques de trabalho formal/informal, essa situação evidencia diversos níveis de desproteção, mostrando-nos a distância entre a realidade da maioria da população brasileira e a concepção de direitos sociais que são estruturados e compreendidos a partir de uma concepção de sociedade salarial (MARQUES *et al.*, 2018, p. 10 e 23).

Marques *et al.* (2018) organizaram alguns dados interessantes (e recentes) sobre a informalidade na estrutura de emprego da economia brasileira. Para que se tenha ideia, em março de 2018, apenas 48,71% da população economicamente ativa tinha vínculos formais de emprego. Essa faixa compreende os 36,33% de funcionários do setor privado e os 12,38% de servidores públicos (incluindo militares). Na informalidade estão 51,29% dos trabalhadores.

Uma das soluções para a diminuição da informalidade no mercado de trabalho é o governo desenvolver políticas públicas que favoreçam a formalização da situação de trabalho. Por exemplo, o surgimento do microempreendedor individual (MEI) tem contribuído para aumentar a cobertura social de um grande número de trabalhadores. Segundo Santiago e Vasconcelos (2017, p. 242-243), o processo de formalização não deve ser encarado como um fim em si mesmo,

e sim como um primeiro passo de inclusão e acesso a patamares básicos de cidadania, como um meio para que as pessoas tenham melhores condições de desenvolver seu potencial produtivo e percebam maior nível de bem-estar. [...] [No entanto] apenas 13,7% da população urbana e adulta que trabalha por conta própria contribui para a previdência social e, ao mesmo tempo, tem suas atividades registradas no CNPJ. O grande desafio para os formuladores da política de formalização consiste na ampliação da taxa de formalidade junto à população negra e parda, mais jovem, residente nas regiões Norte e Nordeste, de baixa escolaridade, que trabalha há pouco tempo, em casa ou na rua, com baixa remuneração e que atua no ramo da construção civil. O trabalho por conta própria continuará sendo um componente estrutural do mercado de trabalho brasileiro. O Brasil vivenciou na última década um crescimento significativo da proporção do emprego assalariado formal no total de ocupados (9,7% entre 2001 e 2014), mas a proporção de trabalhadores por conta própria foi reduzida em apenas 1%. Diante desse cenário, a estratégia de desenvolvimento nacional deve incorporar como objetivo a redução das disparidades de bem-estar entre os trabalhadores por conta própria informais e aqueles que se formalizam, para que não haja uma dicotomia tão expressiva como a observada entre catadores e doutores.

Neste tópico, investigamos as mudanças ocorridas no campo do trabalho por causa da globalização. Propomos, a seguir, outra reflexão: quais as transformações no âmbito da política provocadas pela globalização? Como a globalização vem afetando as estruturas democráticas e enfrentando os diversos e complexos problemas na área dos direitos humanos?

## 8 SOCIOLOGIA E POLÍTICA

Neste tópico, discutiremos alguns aspectos fundamentais do contexto da política, a partir do olhar sociológico. Esses aspectos envolvem os direitos humanos, a democracia como condição para o convívio social e a cidadania como direito básico de todos os habitantes do planeta.

### 8.1 Democracia e direitos humanos

Segundo Giddens (2006, p. 70), a democracia pode ser descrita como um sistema

que envolve competição efetiva entre partidos políticos que querem ocupar posições de poder. Em democracia, há eleições regulares e honestas, em que todos os membros da população podem tomar parte. Esses direitos de participação derivam das liberdades civis: liberdade de expressão e discussão, a que se junta a liberdade de pertencer a grupos ou associações de natureza política.

Isso posto, pode-se afirmar que não há graus de democracia. Não há democracia se todos não tiverem os mesmos direitos civis. Igualmente, não podemos dizer que um país é menos democrático do que o outro por permitir eleições diretas para a formação do Congresso, mas não para a presidência. Ou há ou não há democracia. O que diferencia a experiência democrática, quando comparamos países, são as especificidades históricas e locais que determinam formas de viver em democracia.



Figura 48 – As eleições para vereadores, prefeitos, governadores, deputados, senadores e presidente fazem parte da rotina de um regime democrático

Disponível em: <https://bit.ly/3bA7PaL>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Em tempos globais, um esforço especial deve ser feito para democratizar a democracia, ou seja, levá-la às relações internacionais. Isso envolve instituições internacionais que tratem igualmente países em desenvolvimento e países desenvolvidos, arcabouços legais que impeçam países de se confrontarem por reservas naturais etc.



### Lembrete

Como já vimos, o FMI, a OMC e o Banco Mundial são mais sensíveis às demandas dos países industrializados e desenvolvidos. Uma maior democratização nas ações e escolhas dessas instituições tem sido uma demanda constante nas últimas décadas, em particular pelos países em desenvolvimento.

Uma frente de debate que tem mobilizado os sociólogos diz respeito à separação entre Estado e sociedade. Quais são – ou devem ser – os limites entre esses dois ambientes? A resposta mais frequente a essa questão tem sido dizer que o Estado foi criado pela sociedade justamente para dar conta de organizar a vida de todos, de forma autônoma. A sociedade civil nasce com a criação do Estado e surge como fruto da ação do Estado, que propiciará as condições para a existência de uma esfera privada.

Vale a pena nos determos mais nessa discussão. A criação do Estado fez surgir uma fronteira entre o que é resultado da sua ação e o que é fruto do movimento espontâneo e organizado da sociedade. Assim, a sociedade civil envolve ações e iniciativas que independem do Estado, como é o caso das organizações não governamentais, que atuam nas mais diferentes áreas (educação, saúde e outros projetos de cidadania). Essas organizações não surgem a partir da ação do Estado. Ao contrário, elas surgem por decisão de grupos de indivíduos que se organizam em prol de determinados objetivos, em



geral no contexto de áreas em que o Estado falha no atendimento às necessidades dos indivíduos ou aos direitos elementares.

Historicamente, temos duas formas a partir das quais o Estado se atribuiu – ou não – o direito e o dever de proteger, criar e preservar direitos civis, sociais e políticos. No Estado de bem-estar social (conhecido como *welfare state*), o Estado traz para si o compromisso e a obrigação de criar redes de proteção aos cidadãos, garantindo educação, saúde, auxílio-desemprego, aposentadoria etc. No Estado mínimo, o aparelho estatal busca diminuir ao máximo sua interferência na vida econômica e social do país. Assim, as maneiras como o Estado concebe sua missão determinam, em grande parte, o quanto os direitos coletivos prevalecerão sobre os direitos individuais. Determinam ainda o quanto o Estado considerará sua tarefa de diminuir as desigualdades sociais.

Em geral, a democracia representativa é materializada sob a forma de regimes parlamentaristas ou republicanos. Seus elementos principais são o sufrágio universal (o direito de voto a todos), a vigência de constituições que norteiam a vida dos cidadãos, a alternância no poder, e a eleição de representantes diretos para as funções executivas e legislativas. O Brasil é um exemplo de democracia representativa, na qual os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) agem livremente, mas de forma interdependente.

O Poder Executivo é aquele que executa os atos públicos. O Poder Legislativo é aquele que produz as leis que irão governar a vida dos cidadãos. O Poder Legislativo estabelece as leis por meio do Congresso Nacional, que reúne a Câmara dos Deputados e o Senado. Ao Poder Legislativo cabe também fiscalizar o Poder Executivo. O Poder Judiciário é o que julga os cidadãos a partir das leis.



### Observação

No sistema parlamentarista, o primeiro-ministro é o encarregado de executar os atos da administração pública. Nos países em que ainda há sistemas monárquicos (como na Inglaterra, na Espanha e na Holanda), os reis e rainhas exercem um papel apenas simbólico, sendo o poder, em geral, exercido pelo Parlamento. Nos regimes monárquicos constitucionais, portanto, o monarca é o chefe de Estado, e o primeiro-ministro é o chefe de Governo. Nas monarquias absolutistas, o poder dos monarcas é absoluto e concentra as funções executivas, judiciárias e legislativas. Omã e a Arábia Saudita são exemplos de monarquias absolutistas.

A ditadura é o oposto da democracia, e ela surge quando não há pluralidade de partidos, alternância no poder e liberdade e autonomia para a atuação do Parlamento. No Brasil, tivemos dois períodos ditatoriais: entre 1930 e 1945, sob o Governo Getúlio Vargas, e entre 1964 e 1985, quando o país foi governado por militares não eleitos pelo povo, e as eleições do Legislativo tiveram que obedecer a regras restritivas para a participação de candidatos. O processo de redemocratização do país ocorreu com a transferência paulatina do poder dos militares aos civis, o que demandou um longo e complexo processo de negociação e de contestação de setores da sociedade insatisfeitos com o ritmo lento desse movimento.



Figura 49 – Ao final da década de 1970, intensificou-se o movimento a favor da anistia ampla, geral e irrestrita. Como proposta básica, esse movimento buscou negociar uma solução consensual entre o governo militar que pretendia entregar o governo para civis, e os movimentos sociais que pediam o retorno dos que haviam se exilado por conta de ações contra o regime militar

Disponível em: <https://bit.ly/3GKkQgl>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Há inúmeros mitos que cercam a questão da democracia. Por exemplo, há quem diga que a democracia é, por excelência, a melhor forma de governo para uma economia de mercado. Segundo Giddens (2006), efetivamente, a melhor forma de governo é a democrática, mas ela não exige que, do ponto de vista econômico, haja uma estrutura capitalista de mercado. Pode haver regimes democráticos em países que adotam outros formatos de organização econômica.

Outro mito – e esse bastante resistente a críticas – é o de que a democracia estimula a corrupção. Com isso, pretende-se dizer que em regimes autoritários não há corrupção. O grande equívoco nessa idealização é o fato de que, nas democracias, a corrupção é exposta ao público em razão da liberdade de imprensa; nos países autoritários, isso não acontece.

A maior ocorrência de conflitos nas sociedades democráticas faz parte da construção de outro mito em defesa de regimes mais autoritários. Nestes, os conflitos são mascarados, já que são contidos por meio da força. Assim, não é possível afirmar que regimes democráticos favoreçam ou estimulem conflitos, enquanto outros regimes, mais autoritários, os tornam desnecessários.

Segundo Motta (2008), é no campo democrático que surge espaço para o conflito entre os diferentes grupos sociais que lutam por direitos. Isso equivale a dizer que os direitos não nascem sozinhos. Ao contrário, eles são gestados pela sociedade e pelas transformações pelas quais ela passa. Motta afirma ser importante considerar que foi no dia a dia e no cotidiano que os grupos sociais conquistaram direitos até então inexistentes, ou não legitimados pelas instituições e pela burocracia. Nesse sentido, a democracia vem se apresentando como o modelo que, por excelência, permite que grupos sociais se

manifestem e se façam representar politicamente, inclusive – e especialmente – buscando construir novos direitos e ampliar a cidadania. Sobre a questão da cidadania, falaremos a seguir.

### 8.2 Cidadania e direitos humanos

Falamos antes a respeito da necessidade de democratizar a democracia enquanto modelo de governo. Essa afirmativa está associada, em particular, ao reconhecimento da existência de desigualdades sociais que ameaçam não apenas o próprio sistema democrático, mas também a capacidade de todos os grupos sociais se fazerem representar e, portanto, terem mecanismos para garantir seus direitos sociais básicos. Como afirma Silva (2019, p. 11),

considerando que o exercício da democracia ocorre sempre num contexto socioespacial e se inter-relaciona com outros espaços [...], importa também dar conta das formas de desigualdade em nível multidimensional, em particular em torno do reconhecimento efetivo dos direitos de cidadania.

O que vem a ser cidadania? Segundo Manzini-Covre (2002, p. 9),

ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e ser soberano. Tal situação está descrita na Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, que tem suas primeiras matrizes marcantes nas cartas de direitos dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1798). Sua proposta mais funda de cidadania é a de que todos os homens são iguais ainda que perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. E ainda: a todos cabem o domínio sobre seu corpo e sua vida, o acesso a um salário condizente para promover a própria vida, o direito à educação, à saúde, à habitação, ao lazer. E mais: o direito de todos poderem expressar-se livremente, militar em partidos políticos e sindicatos, fomentar movimentos sociais, lutar por seus valores. Enfim, o direito de ter uma vida digna [...]. Isso tudo diz mais respeito aos direitos do cidadão. Ele também deve ter deveres: ser o próprio fomentador da existência dos direitos a todos, ter responsabilidade em conjunto pela coletividade, cumprir as normas e propostas elaboradas e decididas coletivamente, fazer parte do governo, direta ou indiretamente, ao votar, ao pressionar através dos movimentos sociais, ao participar de assembleias – no bairro, sindicato, partido ou escola.

De acordo com Manzini-Covre (2002), a questão da cidadania envolve o exercício de alguns direitos:

- **Direitos civis:** dizem respeito ao direito de dispor do próprio corpo, de se locomover, de ter segurança. Assim, colocar a população em risco por conta da excessiva tolerância com quem atenta contra a salubridade do ambiente, por exemplo, é um desrespeito ao direito civil de todos de viver em segurança. Outros exemplos são forçar uma criança a se casar ou proibir alguém de sair do país; ambos são atos que desrespeitam os direitos civis.

- **Direitos sociais:** dizem respeito ao atendimento das necessidades humanas básicas – alimentação, habitação, saúde e educação. A existência de pessoas morando debaixo de viadutos, sem condições mínimas de sobrevivência e de dignidade, por exemplo, é um desrespeito aos direitos sociais.
- **Direitos políticos:** dizem respeito à liberdade de expressão, de pensamento e de prática política e religiosa. Esses direitos são reforçados com a eleição de representantes e a proteção aos movimentos sociais.

Claro que há espaço para discussão a respeito do que pode ou não ser considerado exercício da cidadania. Vejamos o caso de alguém que se sinta no direito de disseminar fake news pelas mídias sociais. Proibi-la de agir dessa forma pode atentar contra os seus direitos individuais. No entanto, é preciso proteger também os direitos coletivos. Para efeito de provocação, vamos apresentar aqui outro dilema a respeito dos limites entre direitos individuais e direitos coletivos: é legítimo que o Estado permita que pais não vacinem os filhos em razão de crenças religiosas ou de opiniões pessoais? Considere o texto a seguir.

### **Governo tem poder de tornar vacinação obrigatória e dever de incentivá-la, dizem juristas**

A Constituição brasileira permite, sim, que o governo crie mecanismos para obrigar que as pessoas se vacinem – não só pode como tem o dever de fazê-lo, explica Roberto Dias, professor de direito constitucional da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Isso porque, em casos como esse, a justiça coloca na balança dois direitos: de um lado, a liberdade individual e, de outro, a saúde pública – e, no caso de epidemias de doenças que são uma clara ameaça à saúde pública, como a covid-19, o direito à saúde pública é prevalente, afirma Dias.

"Nenhum direito fundamental é absoluto, ou seja, o direito à liberdade não é absoluto a ponto de estar acima do direito à saúde das outras pessoas", afirma a professora de direito constitucional Estefânia Barbosa da UFPR (Universidade Federal do Paraná).

Há diversos dispositivos na legislação brasileira que permitem a vacinação obrigatória – da Constituição a uma lei assinada pelo próprio presidente Jair Bolsonaro em fevereiro, a Lei 13.979, que autoriza autoridades a tomar medidas como tornar compulsória a vacinação.

Caso a ciência encontre uma vacina efetiva e segura contra a covid-19, o governo tem não só a possibilidade como o dever de incentivar a aplicação e torná-la disponível aos brasileiros, explica Dias. Isso porque o artigo 196 da Constituição Federal determina que saúde é um direito de todos e um dever do Estado.

O Estado tem obrigação constitucional de implementar políticas sociais que visem à redução do risco de doenças, afirma Dias.

"Num momento como esse, em que vacinas, desde que tenham passado por todos os testes e sejam recomendadas pelas autoridades de saúde, serão possivelmente a melhor resposta para a pandemia, o governo tem a obrigação de divulgar, incentivar e garantir uma política pública ampla de vacinação", afirma Roberto Dias. [...]

"A dimensão objetiva do direito à saúde significa que o poder público tem o dever de garantir esse direito a todos, independentemente de pleitos individuais ou coletivos", explica Estefânia Barbosa. [...]

E deixar de se vacinar não é apenas uma questão de escolha individual, é uma atitude que afeta toda a coletividade, explica o cientista Fernando Rosado Spilki, presidente da Sociedade Brasileira de Virologia.

"Se uma parcela importante da população não se vacina, o vírus continua circulando em níveis que permitem sua manutenção prolongada na população, trazendo evidentes danos à saúde e por conseguinte à economia, além de todos os outros aspectos afetados por eventuais quarentenas", explica.

Fonte: Machado e Mori (2020).

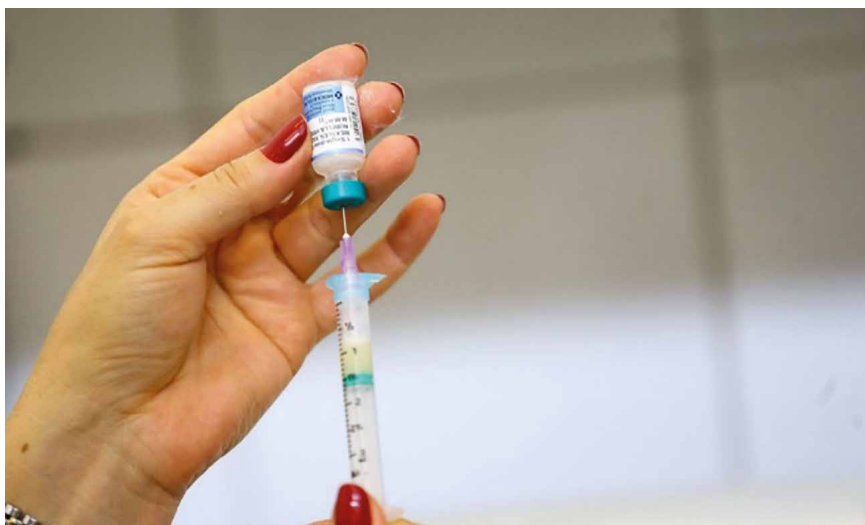


Figura 50 – No Brasil, as campanhas de vacinação buscam atingir toda a população. No caso de algumas vacinas aplicadas em crianças, sua obrigatoriedade faz com que os pais, compulsoriamente, mantenham os filhos vacinados

Disponível em: <https://bit.ly/3EDrHX6>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Como você deve ter percebido, as fronteiras entre direitos individuais e direitos coletivos estão no centro da controvérsia e do debate. Para que se possa chegar a qualquer conclusão a respeito, o debate democrático e não violento é a única estratégia possível. Outra discussão pertinente, e que permeia a questão dos limites entre o individual e o coletivo, diz respeito ao papel que se atribui ao Estado.

Segundo Silva (2019), as desigualdades e as situações de vulnerabilidade social podem comprometer, e muito, a democracia. Afinal, para que um país seja democrático, não é suficiente que o seu governo não seja autoritário; é necessário que todos possam se fazer ouvir e ter seus direitos protegidos.

A democracia representativa, se representa um notável ganho histórico em relação aos anteriores sistemas despóticos e autocráticos, raramente e só de modo subalterno representa os mais destituídos social e economicamente, além de ser vulnerável a esquemas informais ou laterais de corrupção, descredibilizando e favorecendo a abstenção ou a procura de soluções extremistas, nomeadamente da ultradireita classista, xenófoba, racista, homofóbica e misógina. É perante essas insuficiências e deficiências, impasses e/ou mesmo obstáculos da democracia formal que devemos questionar até que ponto é possível, necessário e até desejável encontrar caminhos de cidadania, garantias protetoras de direitos e modos complementares à democracia representativa e/ou alternativos pela via da democracia participativa, associativa, local e direta e com potencial emancipatório (SILVA, 2019, p. 14).



### Observação

A xenofobia diz respeito ao ódio e à antipatia por pessoas estranhas ao seu ambiente, em geral por estrangeiros. O racismo se refere ao comportamento que pressupõe uma hierarquia entre as etnias. A homofobia é o ódio e a antipatia ao homossexual ou à homossexualidade. A misoginia tem a ver com o ódio e a aversão às mulheres.

Sendo real ou não o mito da aldeia global, o grande problema a ser enfrentado pela globalização é o de garantir que os direitos de cidadania de todos os habitantes do globo – e de quaisquer países – sejam respeitados. Isso envolve combater a pobreza **no mundo**, a violência **no mundo**, o racismo **no mundo**, a desigualdade social existente **no mundo**. O tráfico de pessoas, o drama dos refugiados, a fome crônica em alguns países da África, as pandemias que assolam partes do planeta, todos esses são fenômenos de alcance global e que encontram explicações na forma como a globalização atinge, de maneira desigual, países pobres e ricos, industrializados e em desenvolvimento.

Esses são os grandes desafios do mundo pretensamente globalizado. Se os benefícios do aumento da riqueza devem se estender a todos, é de responsabilidade de todos que os entraves à justiça social e ao desenvolvimento sejam enfrentados.





### Resumo

O final do século XX assistiu ao esgotamento do conflito entre URSS e Estados Unidos. Os americanos encontravam-se pressionados pela turbulência econômica e pela escassez de recursos públicos para financiar seus planos militares. Por sua vez, o bloco soviético também havia exaurido suas reservas materiais e financeiras para sustentar os confrontos armados, e as repúblicas que compunham a união agora queriam liberdade e independência. Ainda no final do século XX, mais precisamente em 1989, presidentes de bancos centrais, ministros e financistas do bloco ocidental reuniram-se em Washington, compactuando o que passou a ser conhecido como Consenso de Washington, uma lista de medidas que todos os países deveriam tomar para estimular sua economia, diminuir a pobreza e atenuar as desigualdades sociais.

As políticas do consenso eram voltadas basicamente para diminuir a regulação e o controle da economia, constituir um regime de livre mercado, reduzir o tamanho do Estado e aumentar as oportunidades para o comércio internacional. Essas medidas, especialmente elaboradas para auxiliar as economias desenvolvidas e industrializadas a enfrentar a crise de superprodução, acabaram por constituir o que passou a ser conhecido como neoliberalismo.

Podemos identificar três diferentes abordagens em relação à globalização. 1) Segundo a abordagem histórica, a globalização associa-se aos eventos referentes à queda do Muro de Berlim e ao esgotamento da Guerra Fria, ou seja, ao suposto fim do embate entre capital e trabalho. 2) De acordo com a abordagem do espaço e do tempo, a globalização pode ser explicada a partir da diluição das fronteiras geográficas (alcançada por meio da constituição de blocos comerciais, como a União Europeia e o Mercosul) ou a partir da criação de um espaço global virtual. 3) Conforme a abordagem ideológica, é certo que o discurso neoliberal funcionou como "liga" para juntar os elementos econômicos e políticos. A ideologia pregava que os valores liberais deveriam ser hegemônicos.

O processo de globalização tem como constituintes quatro dimensões. 1) A dimensão comercial diz respeito ao aumento do comércio entre blocos e países, inclusive em razão da defendida liberdade comercial e do fim dos entraves ao comércio. 2) A dimensão produtiva diz respeito às formas como as estruturas de produção se organizam. Esse fenômeno manifestou-se a partir de dois cenários: a divisão da produção em diferentes pontos geográficos ou a divisão da distribuição para consumo segundo estratégias

geopolíticas. 3) A dimensão financeira está associada à liberdade da qual o capital passou a desfrutar, circulando com a maior liberdade possível entre países, interligando mercados tanto nacional quanto internacionalmente. 4) A dimensão tecnológica tem relação com a rápida disseminação da tecnologia de internet e telefonia celular no final do século XX, configurando o que alguns sociólogos e economistas consideram ser a Terceira Revolução Industrial.

O mito de uma aldeia global e a narrativa de que todos, em qualquer lugar do planeta, poderiam fazer uso das tecnologias de comunicação e informação não se concretizaram como os profetas da globalização desejavam. Além de compreender os motivos que explicam o insucesso da globalização, as ciências sociais ainda precisam enfrentar um imenso problema, qual seja, o de que o seu paradigma básico se construiu a partir da ideia de sociedade nacional, categoria que vem sendo esgarçada pelos defensores da globalização.

Apesar dessa dificuldade, os sociólogos desenvolveram várias teorias para compreender e explicar a globalização. Algumas dessas teorias buscam desenvolver a noção de sistema-mundo, ou economia-mundo. Outras procuram entender a internacionalização do capital e sua importância para o processo globalizador. Há teorias que tentam compreender a interdependência das nações. Já vimos que, apesar do discurso globalizador, as nações buscam manter sua identidade, suas políticas econômicas e sociais, sua cultura e seus valores, sem que isso comprometa a fluidez do processo da globalização ou ameace a ideia de uma rede mundial. Outras teorias procuram analisar a questão da modernização do mundo e da sua ocidentalização. Finalmente, há um conjunto de teorias que tem se ocupado da compreensão racional do mito da aldeia global. Esse mito criou a ideia de que somos todos irmãos e partilhamos o mesmo espaço, como se, de fato, vivêssemos orientados por ideias de solidariedade e comunhão mundial.

Várias décadas após a disseminação do discurso globalizador, seus críticos são unânimes em afirmar que não apenas não ocorreu qualquer diminuição da pobreza e da desigualdade social como aumentou a dependência dos países pobres em relação aos países mais ricos, em especial no que diz respeito ao crédito, aos investimentos estrangeiros diretos e ao acesso a medicamentos e outros produtos e serviços que envolvam tecnologias protegidas por patentes. Outro aspecto levantado pelos críticos à globalização é que o processo ignora o que há de mais globalizante no neoliberalismo: a degradação ambiental em escala global.

É um curioso mundo global: a posse de recursos não garante o desenvolvimento, e a falta deles tampouco impede o crescimento. Como

evidências desses paradoxos, temos o caso do Japão (uma país minúsculo em termos geográficos) e dos Países Baixos. Em resumo, democratizar a globalização significa desenvolvimento sustentável com justiça social.

Como resultado do processo de globalização, temos que investigar a questão da desigualdade social enquanto fenômeno que não atinge apenas os países quando observados comparativamente. Dentro de cada país também é possível perceber quão desigual é a distribuição de renda e como vem aumentando, cada vez mais, o número de pessoas econômica e socialmente vulneráveis. Talvez ainda mais importante do que a constatação da existência dessas desigualdades seja o fato de que o mundo construído pela globalização oferece poucas chances de mobilidade, tanto do ponto de vista do país quanto do ponto de vista das classes sociais internas ao país. Uma das conclusões possíveis sobre o processo de globalização é a de que os países ricos ficaram mais ricos, e os países pobres, mais pobres.

Em alguns países menos desenvolvidos, ocorreu um fenômeno curioso de aumento quantitativo da riqueza acompanhado por uma diminuição qualitativa do bem-estar social. Por conta disso, sociólogos e economistas vêm procurando trabalhar com indicadores distintos para mensurar o desenvolvimento e o crescimento econômico.

Outra face cruel da globalização tem relação com as ondas migratórias de nações em desenvolvimento, subdesenvolvidas ou em guerra, por meio das quais a população procura proteção em países onde há emprego e melhores condições de vida. No caso específico do Brasil, observa-se um aumento da riqueza e do desenvolvimento humano nas últimas décadas. Apesar disso, em 2017, aproximadamente 7% da população brasileira ainda permanecia analfabeta. Naquele ano, havia quase 12 milhões de pessoas que não sabiam ler nem escrever. Em 2019, 54,8 milhões de brasileiros estavam abaixo da linha da pobreza, ou seja, 25% da população tinha renda mensal, por pessoa, inferior a R\$ 406 por mês, critério estabelecido pelo Banco Mundial para demarcar essa fronteira.

Em termos de panorama mundial, o Brasil continua na periferia da divisão internacional do trabalho, tendo como alternativa econômica a produção e a exportação de commodities. Em relação ao contexto do trabalho, é necessário aceitar o fato de que a globalização, por meio dos processos de terceirização e uberização, piorou as condições de trabalho do trabalhador. Além disso, em razão da estrutura econômica brasileira, que não privilegia uma distribuição mais justa da riqueza, ainda precisamos eliminar a ocorrência do trabalho escravo e do trabalho infantil.

Um dos maiores desafios a serem enfrentados pela globalização diz respeito à democratização da democracia, ou seja, fazer com que a democracia permeie as relações internacionais. Isso envolve instituições internacionais que tratem igualmente países em desenvolvimento e países desenvolvidos, arcabouços legais que impeçam países de se confrontarem por reservas naturais etc.

A ditadura é o oposto da democracia, e ela surge quando não há pluralidade de partidos, alternância no poder e liberdade e autonomia para a atuação do Parlamento. Nesse sentido, a democracia vem se apresentando como o modelo que, por excelência, permite que grupos sociais se manifestem e se façam representar politicamente, inclusive – e especialmente – buscando construir novos direitos e ampliar a cidadania (que envolve o exercício de direitos civis, sociais e políticos).

As desigualdades e as situações de vulnerabilidade social podem comprometer, e muito, a democracia. Afinal, para que um país seja democrático, não é suficiente que o seu governo não seja autoritário; é necessário que todos possam se fazer ouvir e ter seus direitos protegidos. Assim, o grande problema a ser enfrentado pela globalização é o de garantir que os direitos de cidadania de todos os habitantes do globo – e de quaisquer países – sejam respeitados. Isso envolve combater a pobreza no mundo, a violência no mundo, o racismo no mundo e a desigualdade social existente no mundo.



### Exercícios

**Questão 1.** (Enade 2008) A globalização é o processo de constituição de uma economia mundial, da crescente integração dos mercados nacionais e do aprofundamento da divisão internacional do trabalho. No que diz respeito a esse processo, assinale a opção **incorreta**.

- A) A globalização de capitais, proporcionada pelas fusões transnacionais, gera gigantes econômicos.
- B) A etapa atual da globalização fundamenta-se no aumento generalizado das barreiras mercadológicas.
- C) Intensificam-se, nesse processo, as trocas comerciais e a organização dos países em blocos econômicos.
- D) O processo de globalização acentuou as diferenças entre países desenvolvidos e emergentes.
- E) Os megablocos econômicos contribuem para ampliar a escala das atividades econômicas e facilitar a centralização de capitais.

Resposta correta: alternativa B.

### Análise da questão

Uma das características da globalização é justamente a diminuição e o enfraquecimento das barreiras mercadológicas.

**Questão 2.** (Enade 2017) A imigração haitiana para o Brasil passou a ter grande repercussão na imprensa a partir de 2010. Devido ao pior terremoto do país, muitos haitianos redescobriram o Brasil como rota alternativa para migração. O país já havia sido uma alternativa para os haitianos desde 2004, e isso se deve à reorientação da política externa nacional para alcançar liderança regional nos assuntos humanitários. A descoberta e a preferência pelo Brasil também sofreram influência da presença do exército brasileiro no Haiti, que intensificou a relação de proximidade entre brasileiros e haitianos. Em meio a esse clima amistoso, os haitianos presumiram que seriam bem acolhidos em uma possível migração ao país que passara a liderar a missão da ONU.

No entanto, os imigrantes haitianos têm sofrido ataques xenofóbicos por parte da população brasileira. Recentemente, uma das grandes cidades brasileiras serviu como palco para uma marcha anti-imigração, com demonstrações de um crescente discurso de ódio em relação a povos imigrantes marginalizados.

Observa-se, na maneira como esses discursos se conformam, que a reação de uma parcela dos brasileiros aos imigrantes se dá em termos bem específicos: os que sofrem com a violência dos atos de xenofobia, em geral, são negros e têm origem em países mais pobres.

A partir das informações do texto, conclui-se:

- A) A crescente onda de xenofobia que vem se destacando no Brasil evidencia que o preconceito e a rejeição por parte dos brasileiros em relação aos imigrantes haitianos são pautados pela discriminação social e pelo racismo.
- B) As reações xenófobas estão relacionadas ao fato de que os imigrantes são concorrentes diretos para os postos de trabalho de maior prestígio na sociedade, aumentando a disputa por boas vagas de emprego.
- C) O nacionalismo exacerbado de classes sociais mais favorecidas, no Brasil, motiva a rejeição aos imigrantes haitianos e a perseguição contra os brasileiros que pretendem morar fora do seu país em busca de melhores condições de vida.
- D) O processo de acolhimento dos imigrantes haitianos tem sido pautado por características fortemente associadas ao povo brasileiro: a solidariedade e o respeito às diferenças.
- E) O acolhimento promovido pelos brasileiros aos imigrantes oriundos de países do leste europeu tende a ser semelhante ao oferecido aos imigrantes haitianos, pois no Brasil vigora a ideia de democracia racial e do respeito às etnias.

Resposta correta: alternativa A.

### Análise da questão

A xenofobia decorre da desconfiança ou do medo em relação a pessoas estranhas, ou que têm origem em outros países e lugares. A xenofobia tem como origem o preconceito e a discriminação social, mesmo que os imigrantes apenas trabalhem em postos de trabalho de menor prestígio.



## REFERÊNCIAS

### Audiovisuais

ADEUS, Lênin. Direção: Wolfgang Becker. Alemanha: X-Filme Creative Pool, 2003. 121 min.

O AMOR nos tempos do cólera. Direção: Mike Newell. Estados Unidos; Colômbia: Stone Village Pictures, 2007. 139 min.

BABEL. Direção: Alejandro González Iñárritu. Estados Unidos; México; França: Anonymous Content; Zeta Film; Central Films; Media Rights Capital, 2006. 143 min.

CONTÁGIO. Direção: Steven Soderbergh. Estados Unidos: Participant Media; Image Nation Abu Dhabi; Double Feature Films, 2011. 106 min.

A DAMA de ferro. Direção: Phyllida Lloyd. Reino Unido; França: Pathé; Film4 Productions; UK Film Council; Goldcrest Films, 2011. 104 min.

DIAMANTE de sangue. Direção: Edward Zwick. Estados Unidos: Bedford Falls Productions; Virtual Studios; Initial Entertainment Group, 2006. 134 min.

ELIZABETH. Direção: Shekhar Kapur. Reino Unido: PolyGram Filmed Entertainment, 1998. 124 min.

ENCONTRO com Milton Santos ou O mundo global visto do lado de cá. Direção: Sílvio Tandler. Brasil: Caliban Produções, 2006. 90 min.

EU, Daniel Blake. Direção: Ken Loach. Reino Unido; França; Bélgica: Sixteen Films, 2017. 100 min.

INDÚSTRIA americana. Direção: Steven Bognar e Julia Reichert. Estados Unidos: Higher Ground Productions; Participant Media, 2019. 110 min.

LUTERO. Direção: Eric Till. Alemanha; Estados Unidos: Eikon Film; NFP Teleart, 2003. 124 min.

OS MISERÁVEIS. Direção: Tom Hooper. Estados Unidos; Reino Unido: Working Title Films; Cameron Mackintosh; Relativity Media, 2012. 158 min.

OLIVER Twist. Direção: Roman Polanski. Reino Unido; República Tcheca; França; Itália: Sony Pictures, 2005. 130 min.

A ONDA. Direção: Dennis Gansel. Alemanha: Rat Pack Filmproduktion, 2008. 107 min.

O PAGADOR de promessas. Direção: Anselmo Duarte. Brasil: Cinedistri, 1962. 91 min.

A PONTE dos espões. Direção: Steven Spielberg. Estados Unidos: Touchstone Pictures; DreamWorks, 2015. 141 min.

ROGER e eu. Direção: Michael Moore. Estados Unidos: Dog Eat Dog Films, 1989. 91 min.

SERGIO. Direção: Greg Barker. Estados Unidos: Black Rabbit Media; Anima Pictures; Itapoan, 2020. 118 min.

SHOAH. Direção: Claude Lanzmann. Inglaterra; França: BBC; Ministère de la Culture de la République Française, 1985. 556 min.

SHTISEL. Direção: Alon Zingman. Israel: Yes Oh, 2013-2021. 41-57 min. (33 episódios).

TEMPOS modernos. Direção: Charlie Chaplin. Estados Unidos: Charles Chaplin Productions, 1936. 86 min.

A TESTEMUNHA. Direção: Peter Weir. Estados Unidos: Paramount Pictures, 1985. 112 min.

A VILA. Direção: M. Night Shyamalan. Estados Unidos: Touchstone Pictures; Blinding Edge Pictures; Scott Rudin Productions, 2004. 120 min.

## Textuais

ACNUR. Quem ajudamos: refugiados. *Acnur*, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3ks5fZc>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ALVES, J. E. D. População e economia nos 200 anos da Independência do Brasil: 1822-2022. *Ecodebate*, 3 maio 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3cg3fyK>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ARRUDA, M. A. N. A trajetória da pesquisa na sociologia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 315-324, 1994.

BARBOSA, A. F. *O mundo globalizado: política, sociedade e economia*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BARROCO, S. M. S. *A educação especial do novo homem soviético e a psicologia de L. S. Vigotsky: implicações e contribuições para a psicologia e a educação atuais*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2007.

BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. 1994. Disponível em: <https://bit.ly/3bWYDxE>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRICS BRASIL O que é o Brics. *Brics Brasil*, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/320xFTP>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CHAGAS, E. F. A crítica da religião como crítica da realidade social no pensamento de Karl Marx. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 40, n. 4, p. 133-154, dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3chikAs>. Acesso em: 12 nov. 2021.

COMTE, A. Curso de filosofia positiva. In: COMTE, A. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. Tradução: José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

COSTA, W. S. R. Religião na perspectiva sociológica clássica: considerações sobre Durkheim, Marx e Weber. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 3-24, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3cg6wy2>. Acesso em: 12 nov. 2021.

DICKENS, C. *Tempos difíceis*. Tradução: José Baltazar Pereira Júnior. São Paulo: Boitempo, 2014. *E-book*.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. Tradução: Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

DURKHEIM, E. *O suicídio: estudo de sociologia*. Tradução: Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ENGELS, F. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. São Paulo: Iskra, 2016.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

FAUSTINO, R. C.; GASPARIN, J. L. A influência do positivismo e do historicismo na educação e no ensino de história. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 23, p. 157-166, 2001.

FONSECA, R. M. O positivismo, "historiografia positivista" e história do direito. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho, v. 10, n. 10, p. 143-166, 2009.

GARCÍA MÁRQUEZ, G. *O amor nos tempos do cólera*. Tradução: Antonio Callado. Rio de Janeiro: Record, 2019.

GIANNOTTI, J. A. Comte (1798-1857): vida e obra. In: COMTE, A. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. Tradução: José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

GIDDENS, A. *O mundo na era da globalização*. Tradução: Saul Barata. Lisboa: Presença, 2006.

HEILBRONER, R. *A história do pensamento econômico*. Tradução: Therezinha M. Deutsch. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Os Economistas).

HERCULANO, S. *Em busca da boa sociedade*. Niterói: Eduff, 2006.

HOBSBAWM, E. *A era das revoluções: 1789-1848*. Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1992*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

IANNI, O. As ciências sociais na época da globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 33-41, jun. 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3nhsx66>. Acesso em: 12 nov. 2021.

IANNI, O. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 147-163, 1994. Disponível em: <https://bit.ly/3FBQwDs>. Acesso em: 12 nov. 2021.

IANNI, O. *Teorias da globalização*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IBGE EDUCA. Você sabe o que é anamorfose? *IBGE Educa*, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/30oYNek>. Acesso em: 12 nov. 2021.

INDEX MUNDI. 2021. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

JAFFE, N. Mortos adiados. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 97, p. 221-225, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/31UXkgH>. Acesso em: 12 nov. 2021.

JUDENSNAIDER, I. Contágio: o discurso do medo. *Prometeica*, ano 3, n. 6, p. 79-95, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3n492h2>. Acesso em: 12 nov. 2021.

JUDENSNAIDER, I. John Stuart Mill: a economia política e o debate metodológico dos Oitocentos. *Revista de Economia Política e História Econômica*, São Paulo, n. 28, p. 48-66, 2012.

KOJIKOVSKI, G. Os *millennials*, lamentamos informar, são coisa do passado. *Exame*, 30 nov. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3q6Nsuk>. Acesso em: 12 nov. 2021.

LIMA, J. P. P. C. Anamorfose geográfica da covid-19 no Brasil. *Associação dos Geógrafos Brasileiros*, 8 ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3C6JV1t>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MACHADO, L.; MORI, L. Governo tem poder de tornar vacinação obrigatória e dever de incentivá-la, dizem juristas. *BBC Brasil*, 1º set. 2020. Disponível em: <https://bbc.in/3De1GNF>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MAIORES economias do mundo. [s.d.]. Disponível em: <https://bit.ly/2X6hjam>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MANZINI-COVRE, M. L. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos).

MARQUES, L. et al. *Informalidade: realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ovhmGp>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 3-22, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3qLSehd>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução: Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. *Revista Movimento*, 5 maio 2018. Disponível em: <https://bit.ly/31tiwtX>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MOTTA, L. E. Estado e sociedade civil num contexto democrático: arenas de conflitos e de constituição de direitos. *Alceu*, v. 8, n. 6, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3kGe029>. Acesso em: 12 nov. 2021.

OIT. Trabalho forçado. *OIT*, [s.d]. Disponível em: <https://bit.ly/3ouHwJs>. Acesso em: 12 nov. 2021.

OIT. Trabalho infantil. *OIT*, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/2YEuZtN>. Acesso em: 12 nov. 2021.

OLIVEIRA, C. M. Método e sociologia em Weber: alguns conceitos fundamentais. *Revista Eletrônica Inter-Legere*, Natal, v. 3, n. 3, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3DqUrCf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PEREIRA, C. S. S. Produção do espaço, transformações do capitalismo e estratégias imobiliárias das empresas varejistas. *Mercator*, Fortaleza, v. 19, e19004, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3oviE4d>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PEREIRA, M. F. V. A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. *Sociedade & Natureza*, v. 22, n. 2, p. 347-355, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2YPENBh>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PILETTI, N.; PRAXEDES, W. *Sociologia da educação*. São Paulo: Ática, 2010.

PLIHON, D. *A globalização financeira*. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3CI7MuG>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PNUD BRASIL. Relatório Anual 2019. *Pnud Brasil*, 3 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wDB0U6>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PRADO, L. C. D. *Globalização: notas sobre um conceito controverso*. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3CfCMw0>. Acesso em: 12 nov. 2021.

RIBEIRO, E. J. J.; SILVA FILHO, E. B. Investimento externo direto no Brasil no período 2003-2012: aspectos regionais e setoriais. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, n. 14, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3qlrzSv>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ROSSI, P. *Naufrágios sem espectador*: a ideia de progresso. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 2000.

RUIC, G. Os países mais e menos desenvolvidos do mundo em 2019. *Exame*, 9 dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3luwTpu>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SANTIAGO, C. E. P.; VASCONCELOS, A. M. N. Do catador ao doutor: um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil. *Nova Economia*, v. 27, n. 2, p. 213-246, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2YRWINb>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1996.

SATO, E. Política externa do Brasil desde a redemocratização: evolução, mudanças e perspectivas futuras. *Intelligere*, n. 10, p. 70-90, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3kHSc65>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENADO FEDERAL. *Revista Em Discussão!*, Brasília, ano 6, n. 26, set. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3rLhMvs>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SILVA, M. C. Globalização, desenvolvimento desigual e democracia. *Revista do Ceam*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 9-30, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3cj4sWk>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SOUZA, R. S. B. et al. Suicídio e povos indígenas brasileiros: revisão sistemática. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 44, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3osVaN0>. Acesso em: 12 nov. 2021.

STALIN, J. V. *Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Horizontes, 1945. Disponível em: <https://bit.ly/3wZgAoY>. Acesso em: 12 nov. 2021.

STIGLITZ, J. E. *Globalização: como dar certo*. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TRAGTENBERG, M. Apresentação. In: WEBER, M. *Textos selecionados*. Tradução: Maurício Tragtenberg et al. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Economistas).

TURA, M. L. R. (org.). *Sociologia para educadores*. 4. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

UNICEF. 2,1 bilhões de pessoas não têm acesso a água potável em casa, e mais do dobro de pessoas não tem acesso a saneamento seguro. *Unicef*, 13 jul. 2017. Disponível em: <https://uni.cf/3D40jRN>. Acesso em: 12 nov. 2021.



VALENTE, J. Quase metade do planeta não tem acesso à internet, aponta estudo. *Agência Brasil*, 28 set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3H25G6m>. Acesso em: 12 nov. 2021.

VARES, S. F. Os fatos e as coisas: Émile Durkheim e a controversa noção de fato social. *Ponto e Vírgula*, São Paulo, n. 4, p. 104-121, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3CfHpGk>. Acesso em: 12 nov. 2021.

WEBER, M. *O que é a burocracia*. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3cfAzpR>. Acesso em: 12 nov. 2021.

WEBER, M. *Textos selecionados*. Tradução: Maurício Tragtenberg *et al.* São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Economistas).

YUNUS, M. *O banqueiro dos pobres*. Tradução: Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Ática, 2006.



Handwriting practice lines consisting of 30 horizontal blue lines. Each line is preceded by a small blue dot, serving as a starting point for letter formation. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page.



Handwriting practice lines consisting of 30 horizontal blue lines. Each line is preceded by a small blue dot, serving as a guide for letter height and placement.





# Interativa

Informações:  
[www.sepi.unip.br](http://www.sepi.unip.br) ou 0800 010 9000